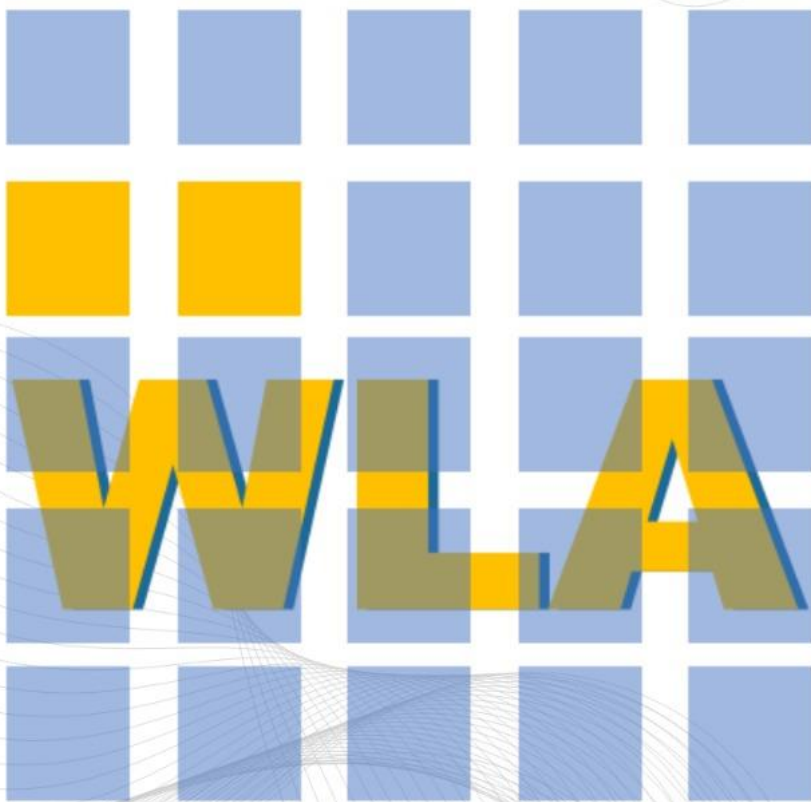


ISBN 978-65-00-30108-3

Workshop Latino-Americano: transformações digitais e contemporaneidade

VOL. 2, SETEMBRO DE 2021



Copyright ©2021 da Faculdade Santo Antônio
Todos os direitos reservados

Capa: José Cleantes Pimentel Actis - (FSAA)

Produção Editorial: Rogério Guaraci dos Santos - (FSAA)

Cópias Adicionais:

Faculdade Santo Antônio (FSAA)

Rua Conselheiro Junqueira, Alagoinhas – BA

Cep 48.010-410 | Alagoinhas - Ba

Fone: +55 (75) 3421-4733

E-mail: wla2020@fsaa.edu.br

II Workshop Latino-Americano: transformações digitais e contemporaneidade – WLA2021 (3: 2021: Alagoinhas, Ba).

ANAIS / II Workshop Latino-Americano: transformações digitais e contemporaneidade – WLA2021; Organizado por Rogério Guaraci dos Santos, Christmann Andrade Miranda, José Cleantes Pimentel Actis, Jonatham Souza Moreira, Juliane Silva dos Santos, Karla Florence Palma de Oliveira Santos, Rina Nunes do Rosário Fonseca, Romildo dos Santos, Romualdo Resende da Nóbrega, Elio Thizay Magnavita Oliveira, Elinavilmo de Morgado Santos - Alagoinhas: WLA, 2021.

85 P. II. 21 cm.

Vários Autores

Inclui Bibliografias

ISBN 978-65-00-30108-3

1. Transformações Digitais. 2. Contemporaneidade. I. dos Santos, Rogério Guaraci. Faculdade Santo Antônio. I Título

FACULDADE SANTO ANTÔNIO

PRESIDENTE

Antônio José Salles da Silva

DIRETORA GERAL

Geise Fontes de Araujo

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Rogério Guaraci dos Santos

COORDENAÇÕES DE CURSOS

Rogério Guaraci dos Santos – (Engenharia de Produção, Análise e Desenvolvimento de Sistemas)

Jonatham Souza Moreira – (Farmácia)

Juliane Silva dos Santos – (Pedagogia)

Karla Florence Palma de Oliveira Santos – (Enfermagem)

Rina Nunes do Rosário Fonseca – (Direito)

Romildo dos Santos – (Biomedicina e Odontologia)

Romualdo Resende da Nóbrega – (Fisioterapia)

Christmann Andrade Miranda – (Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos e Logística)

CONTATO

Rua Conselheiro Junqueira, Alagoinhas – BA

Cep 48.010-410 | Alagoinhas - Ba

Fone: +55 (75) 3421-4733

www.fsaa.edu.br

ORGANIZAÇÃO DO II WLA2021

COORDENADOR GERAL

Rogério Guaraci dos Santos

COORDENADOR DO COMITÊ CIENTÍFICO

Elio Thizay Magnavita Oliveira

COORDENADOR DE MINICURSOS

Rogério Guaraci dos Santos

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO LOCAL

José Cleantes Pimentel Actis – (FSAA)

Jonatham Souza Moreira – (FSAA)

Juliane Silva dos Santos – (FSAA)

Karla Florence Palma de Oliveira Santos – (FSAA)

Rina Nunes do Rosário Fonseca – (FSAA)

Romildo dos Santos – (FSAA)

Romualdo Resende da Nóbrega – (FSAA)

Christmann Andrade Miranda – (FSAA)

COLABORAÇÃO

Univerdidad del Rosario - Bogotá/Colômbia

Universidade do Porto - Portugal

Universidad Autonoma de Chile

Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán - Honduras

USP – São Paulo – IME/USP

USP – Ribeirão Preto - USPRP

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Universidade de Brasília - UNB

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Universidade Federal do rio Grande do Sul - UFRGS

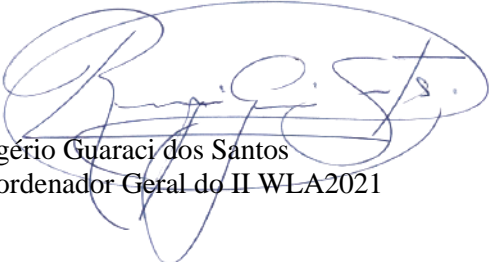
APRESENTAÇÃO

É com grande alegria e satisfação que realizamos o II WORKSHOP LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS E CONTEMPORANEIDADE – II WLA2021. O evento teve como objetivo abrir espaço para discussão acadêmica e prática, fomentando reflexões sobre as transformações digitais, integrando os participantes em prol do desenvolvimento de novas habilidades e competências para atendimento das exigências emergentes do mercado, a partir de uma ação interdisciplinar que envolveu os mais diversos campos do conhecimento.

O evento foi uma iniciativa pioneira na região de Alagoinhas no Estado da Bahia, trouxe contribuições e olhares de profissionais de vários lugares do Brasil e de outras partes do mundo; o que, certamente resultou em novas aprendizagens, novos significados e possíveis soluções para o enfrentamento de problemas e geração de oportunidades.

Nesta primeira edição, contamos com o apoio da Universidad Del Rosario-Bogotá/Colômbia, Universidade do Porto-Portugal, Universidad de Chile, Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán-Honduras; os laços com parceiros internacionais nos possibilitam um pensar para além das fronteiras. E, deste modo, a proposta do evento demonstra a preocupação da Faculdade Santo Antônio com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a formação e qualificação de profissionais competentes para atender às demandas do mercado com soluções cada vez mais criativas e transformadoras.

A organização de um evento com o porte do II WLA2021 foi um processo longo que demandou muita energia, dedicação e compromisso. O evento só foi possível graças ao apoio institucional e suporte incondicional de colaboradores da instituição. Agradecemos em particular o apoio da Comissão Organizadora e todas as pessoas que trabalharam diretamente na realização do evento. Nosso muito obrigado pelo excelente trabalho de todos os membros do Comitê de Programa.



Rogério Guaraci dos Santos
Coordenador Geral do II WLA2021

COMITÊ DO PROGRAMA

Dr. Alcion Alves da Silva – (UFPR)

Dr. Luiz Fernando Pereira - (PUCPR)

Me. Elinavilmo de Morgado dos Santos – (FSAA)

Dra. Fátima Martínez Gutiérrez - (Universidad del Rosario)

Dr. Iratan Jorge dos Santos – (FSAA)

Dr. Julio Cesar Bisinelli – (PUCPR)

Esp. Rina Nunes do Rosário Fonseca – (FSAA)

Dr. Dechristian França Barbieri – (UFScar)

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA - Educação Superior, Conhecimento e Formação	01
A UNIVERSIDADE ENTRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA E A AUTONOMIA: APROXIMAÇÕES, INQUIETAÇÕES E CAMINHO.1	02
ÁREA TEMÁTICA - Desenvolvimento Humano, Educação e Aprendizagem	12
O BID E A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: FOMENTO DA DESIGUALDADE, CONSENSO PARA A DUALIDADE	13
DA CERTEZA À SUSPENSÃO DO JUÍZO: A DIFÍCIL TAREFA DE IDENTIFICAR E ENFRENTAR PROBLEMAS EPISTÊMICOS LEGÍTIMOS	27
RESPONSABILIDAD CIVIL POR ABANDONO AFECTIVO: CONCEPCIONES DEL TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA	35
ÁREA TEMÁTICA - Tecnologias em Saúde: Gestão em Serviços, Ética e Bioética	45
ALTERAÇÕES OSTEOMIOARTICULARES NOS MEMBROS SUPERIORES RELACIONADAS AO USO EXCESSIVO DE SMARTPHONE	46
EFEITOS DOS RECURSOS FISIOTERAPÊUTICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA CERVICALGIA EM USUÁRIOS DE SMARTPHONE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	60
ÁREA TEMÁTICA - Direito: da Teoria à Prática - Tendências e Atualizações	69
LA PRESERVACIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EUROPA: UNA IMAGEN DE LA INTOLERANCIA	70

**WORKSHOP LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS
E CONTEMPORANEIDADE - II WLA2021**

**ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO SUPERIOR, CONHECIMENTO E
FORMAÇÃO**

A UNIVERSIDADE ENTRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA E A AUTONOMIA: APROXIMAÇÕES, INQUIETAÇÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS

Karla Maria Lima Figueiredo Bené Barbosa

Doutoranda em Psicologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), karla@uefs.br

Sônia Maria Rocha Sampaio

Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), sonia.sampaio@terra.com.br

Resumo: O estudo apresenta discussões sobre a necessidade de superar o conceito de educação como simples transmissão e acumulação de informação e destacar sua missão de conduzir o indivíduo ao pleno amadurecimento de suas potencialidades. Trata-se de um estudo teórico e reflexivo, que assume um caráter exploratório e baseia-se, fundamentalmente, em recursos bibliográficos e documentais. O trabalho parte de algumas inquietações que convidam a reflexões: Qual o lugar da universidade? Cabe à universidade adaptar-se à sociedade ou é a sociedade que deve adaptar-se à universidade? Formar para quê? Que horizontes são possíveis? Por meio de um convite à compreensão de que não se deve reduzir educação à escolarização e sim, entendê-la como um processo pleno de formação humana presente em toda e qualquer sociedade, o estudo aponta que o conhecimento oportunizado pela universidade não regula apenas conceitos, mas, também, valores, práticas, culturas e autonomia.

Palavras-chave: Universidade. Formação Acadêmica. Autonomia.

1. INTRODUÇÃO

A lógica do mercado impõe uma funcionalidade econômica, instrumental e utilitarista, fomentando competitividade entre os indivíduos. Este novo cenário global provocou uma maior demanda por educação, forçando as universidades a reconsiderarem sua missão, suas tarefas e responsabilidades e a desenvolverem estratégias inovadoras para incrementar sua relevância e função.

Neste sentido, Neves; Sampaio e Heringer (2018) afirmam que a globalização e a própria sociedade do conhecimento, reconhecendo a importância da educação superior, demandou profundas transformações nos sistemas nacionais. As autoras argumentam que uma maior qualificação de recursos humanos aumenta as taxas de retorno em termos de rendimento e empregabilidade. Acrescentam ainda, que o acesso à educação superior é um importante mecanismo para a redução da desigualdade de oportunidades e para a promoção da mobilidade social.

Gacel-Ávila (2005) indaga então, como estas instituições podem preparar adequadamente seus estudantes para viver e participar como cidadãos e profissionais globais. A formação acadêmica e profissional tem sido o principal foco da educação superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012), em detrimento de outras funções/missões

da universidade, uma vez que as necessidades de escolarização são cada vez maiores para atender o mercado de trabalho (DIAS SOBRINHO, 2000).

A educação superior é mais considerada pela sua função de formar profissionais, e a universidade, encarregada de prover o amplo mercado das competências profissionais e operacionais com eficiência de empresa e como tal é cobrada (DIAS SOBRINHO, 2000; SALLES, 2020). Entretanto, o entendimento de que a formação profissionalizante para atender o mercado de trabalho é o principal papel da universidade é um grande equívoco. As influências de variáveis econômicas, políticas e governamentais conduzem a universidade para o compromisso com o exercício de múltiplos papéis importantes, como a geração de novos conhecimentos e inovações tecnológicas capazes de exercer competitividade nos diversos setores da economia. Com o papel que vai muito além da simples formação do profissional, do técnico e do especialista, a universidade é dedicada à formação para a cidadania, de indivíduos autênticos, capazes de prover soluções para questões sociais importantes.

Pela via de um estudo teórico baseado, fundamentalmente, em recursos bibliográficos e documentais, partimos de algumas inquietações que convidam a reflexões: Qual o lugar da universidade? Cabe a universidade adaptar-se à sociedade ou é a sociedade que deve adaptar-se à universidade? Formar para quê? Que horizontes são possíveis?.

Acreditamos que a educação universitária prepara as pessoas para compreender a vida e seu trabalho também sob ângulos não acadêmicos e essencialmente, encoraja as pessoas a pensar, a refletir, de forma implicada, sobre seus contextos. É preciso superar o conceito de educação como simples transmissão e acumulação de informação, na medida em que a educação tem a missão de conduzir o indivíduo ao pleno amadurecimento de suas capacidades.

2. APROXIMAÇÕES, INQUIETAÇÕES E CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Mesmo com as dificuldades reconhecidas de adequar a educação superior em função das necessidades do mercado de trabalho, a universidade desempenha suas funções sociais e simbólicas, promovendo valores e princípios, maneiras e métodos de interpretações da realidade, comportamentos e formas de sociabilidade que oportunizam sua inserção social e redes de interconhecimento que acompanham os estudantes durante

toda a sua vida (SOUZA SANTOS, 2018). Deste modo, o que se observa é que, quanto maior o quantitativo de pessoas com nível mais elevado de educação, maior a produtividade do trabalho na economia, o que implica também, em um número maior de trabalhadores capacitados para absorver tecnologias mais sofisticadas. A escolaridade dos trabalhadores tem um efeito proporcional e significativamente positivo no nível de renda da região onde vivem e, conseqüentemente, do país (BARRO; LEE, 2013).

Entretanto, nem sempre foi esse o entendimento. As mudanças que vem ocorrendo nos sistemas de ensino superior respondem a questionamentos que, desde meados do século passado eram feitos em relação ao relativo isolamento que as universidades mantinham frente às demandas das sociedades. Naquela época e, como atualmente, distintos atores e movimentos sociais, passaram a exigir da universidade uma relação mais dinâmica com a sociedade. Pressionada, esta instituição precisou rever as suas funções e papéis e mesmo sua própria identidade institucional (NEVES; SAMPAIO; HERINGER, 2018).

Neste sentido, indagamos: cabe à universidade adaptar-se à sociedade ou é a sociedade que deve adaptar-se à universidade? (MORIN, 2002). Ou ainda, é possível criar uma estrutura acadêmica que não seja reflexo do desenvolvimento da sociedade e sim, “agente de aceleração do progresso global da nação?” (RIBEIRO, 1969, p.32). Das inquietações que estas questões provocam, compreendemos a universidade como instituição social que expressa a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo; nela, é possível encontrar opiniões, projetos, ideias e até mesmo, atitudes conflitantes e diversas que refletem a própria sociedade (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008).

Segundo Ribeiro (2014, p.181), “é bom lembrar que a sociedade inclui muitas formas de organização. Pensar a relação da universidade com a sociedade é pensar toda essa pluralidade”. Desta forma, reconhecemos a importância da estreita e significativa relação entre todos os elementos que conduzam ao progresso, de tal modo que a universidade deve adaptar-se às necessidades da sociedade, tempo em que deve também realizar sua missão (MORIN, 2002). Ela é o principal agente de atividades progressivas e há uma forte correlação entre nações desenvolvidas e instituições de ensino superior atuantes pois, é através de suas ações de pesquisa e formação que uma universidade contribui para o desenvolvimento. Assim, cada vez mais, a educação é compreendida como um capital econômico e ferramenta propulsora do desenvolvimento ficando evidente o vínculo significativo entre educação e trabalho (DIAS SOBRINHO, 2000).

Educação e trabalho, unidos têm como consequências: a exigência da educação permanente, da capacitação, do aumento da percentagem de adultos e de trabalhadores-estudantes entre a população estudantil (SOUZA SANTOS, 2018).

Mas, que tipo de formação a universidade pode oferecer? O que podemos esperar da educação superior? Ribeiro (2014) defende que o papel da universidade é “fazer o que há de precioso” e ainda acrescenta: “formar cultural e cientificamente as pessoas” (p.57), que é onde residem suas qualidades, de modo que a universidade não pode sacrificar sua especificidade, para “duplicar, ou clonar o mercado”. A universidade é espaço de liberdade, criação e cultura. Para o autor, a universidade deve formar pessoas com espírito inquieto, com conhecimento interdisciplinar e aberto para o inesperado.

Diante destas reflexões, então, questionamos: que lugar é esse, a universidade? Espaço para formar pessoas para a mudança e capacitá-las para a crise (RIBEIRO, 2014), lugar de esclarecimento e não apenas um repositório de verdades, lócus privilegiado de sociabilidade, de múltiplas experiências afetivas, políticas, artísticas que buscam a verdade e fazem ciência, ambiente de reflexão, lugar especial de confrontação de saberes e gerações, que permite fazer dialogar e conviver com as matrizes de pensamentos conflitantes que colaboram, espaço de combate a preconceitos e discriminação, produção de ciência e arte, formação de pessoas e ampliação de direitos (SALLES, 2020), ambiente privilegiado de discussão de questões científicas, políticas, sociais e culturais (BERNHEIM; CHAÚÍ, 2008).

Leite (2016) defende que a universidade deve ser pensada como espaço de desenvolvimento para além do privilégio atribuído à dimensão profissional, na medida em que oportuniza aos estudantes vivências e experiências não apenas acadêmicas, mas também culturais, esportivas, afetivas, relacionais, sexuais e amorosas. De acordo com a autora, o desenvolvimento do estudante implica mudanças não somente nas dimensões cognitivas, mas também nos aspectos afetivos, sociais e culturais ao longo do tempo em que realiza sua formação universitária.

Por esta razão, “a universidade conserva, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la; gera saberes, ideias e valores que passam a fazer parte dessa herança” (MORIN, 2002, p.81). São estruturas dentro de sistemas sociais globais, que as capacita a antecipar transformações dentro do contexto social estimulando características inovadoras

(RIBEIRO, 1969). Neste ponto, a educação superior exerce um papel fundamental na formação de capacidades transformadoras como componentes estratégicos para o desenvolvimento humano; é responsável pela criação, disseminação e aplicação do conhecimento tecnológico, cultural e socioeconômico da sociedade (VILALTA, 2012).

2.1. Formar para quê? Que horizontes são possíveis?

A grande expectativa é que as universidades busquem integração e realizem pesquisas necessárias para o desenvolvimento da sociedade e sua consequente inserção econômica global e formem os profissionais que o mercado requer. Neste quesito, Ribeiro (2014) aponta que a universidade fornece uma base sólida para que, em meio às mudanças, o estudante saiba navegar por possuir a melhor bússola: o conhecimento. E este também é o maior desafio para a universidade: rever de forma crítica e competente, sua relação com o conhecimento, tratando-o como um processo e não simplesmente um produto, como instrumento mediador da educação, da cidadania e da democracia. Como função primordial, a universidade deve preparar seus egressos para uma relação cada vez mais próxima com a educação por considerá-la não apenas uma etapa na preparação da carreira, mas sim, processo permanente de interação com sistemas de conhecimento e informação (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Alves (2015, p.77) enfatiza que “é necessário ensinar os preciosos saberes da navegação, da ciência. Mas é necessário apontar com imprecisos sinais para os destinos da navegação”, situando os estudantes no mundo, no contexto do imediato, do cotidiano e do longo prazo. A universidade tem missão e função que perpassa o passado, o presente e o futuro. Seu papel não é simplesmente formar indivíduos em sentido profissional e sim, “contribuir para o bem-estar do povo. Por isso, sua tarefa mais importante é desenvolver, nos cidadãos, a capacidade de pensar. Porque é com o pensamento que se faz um povo” (ALVES, 2015, p.71), promovendo a formação de indivíduos com capacidade crítica e criativa numa sociedade complexa e permeada pelas mudanças incessantes, rápidas e confusas (DIAS SOBRINHO, 2000). Até porque, ressalta Ribeiro (2014, p.57), “os alunos devem aprender que a cultura, a ciência, o saber não se congelam, não se totalizam, mas formam sempre contas incompletas, desenhos ásperos, figuras mal-acabadas”.

Quando perguntamos “formar para quê”, pensamos nas inúmeras possibilidades e caminhos que podem ser percorridos a partir da educação, vislumbramos sonhos a serem realizados, imaginamos sociedades mais igualitárias e inclusivas. A educação é um

processo permanente ainda que envolva complexidade, principalmente quando se trata do Brasil, quando os problemas da sociedade ultrapassam as propostas de solução (DIAS SOBRINHO, 2000).

Em muitas partes do mundo, a educação superior é vista como uma grande alavanca para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento; as políticas, os programas e as práticas da educação superior são dimensionadas por interesses políticos e econômicos cada vez mais amplos (ROBERTSON, 2009). E, deste modo, tornou-se discurso recorrente a afirmação incisiva de que a universidade deve atuar como motor do desenvolvimento (RIBEIRO, 1969; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012; BARRO; LEE, 2013). O conhecimento produzido no âmbito destas instituições é o principal mecanismo de desenvolvimento econômico e social (DIAS SOBRINHO, 1999), e, deste modo, nenhuma outra instituição pode substituir (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Em seu livro “A universidade necessária” (1969), Darcy Ribeiro defende a universidade como espaço intelectual e público, de fundamental importância no processo evolutivo de uma sociedade na medida em que representa, por excelência, lócus de produção e difusão do conhecimento científico, base do desenvolvimento tecnológico de uma nação. E, para isso, ela deve herdar e cultivar os padrões internacionais da ciência, da pesquisa e o patrimônio do saber humano; capacitando-se para aplicar o saber ao conhecimento da sociedade, à superação de seus problemas, a formação de uma força de trabalho com adequada qualificação ao progresso do país (RIBEIRO, 1969). Deve ainda, enfrentar novos desafios culturais e educativos frutos de encontros entre culturas e informações (CHARLOT, 2013). Nas palavras de Salles (2020, p.18): “universidades são apostas ousadas da sociedade em um lugar especial”.

Souza Santos (2018) destaca, enfaticamente, que é preciso defender a educação como forma de a conhecer melhor e atuar de forma politicamente posicionada no mundo e na vida como direito social, humano que articula justiça social e cognitiva. Mais do que preparar profissionais para o mercado de trabalho, a universidade deve responder a às exigências de um mundo globalizado, interconectado e multicultural, sendo importante seu papel no subsídio de políticas governamentais, contribuindo com a formação para a cidadania, a ética e a diversidade, verdadeiro investimento formativo do desenvolvimento humano (MOROSINI, 2011).

Souza Santos (2018) defende para a universidade um projeto educativo emancipatório, ou seja, um projeto de aprendizagem de conhecimentos conflitantes com o objetivo de potencializar a indignação, a rebeldia, o inconformismo com o fim de oportunizar uma educação transformadora. Segundo o autor, a sala de aula é um campo de possibilidades de conhecimento onde assentam emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis.

Neste sentido, por ser a educação a construção de si mesmo, uma condição e parte integrante do processo de construção e de inserção social, um movimento de dentro, alimentado pelo que o estudante encontra fora de si, torna-se fundamental que os estudantes se apropriem de conhecimentos que façam sentido para eles e que, ao responderem questões ou encontrarem soluções para os problemas, este conhecimento permita esclarecer o mundo (CHARLOT, 2013).

A educação não é mecanismo transmissor de um vasto conhecimento, mas sim, mola propulsora de orientação e de sentido (MORIN, 2002). Em razão das incertezas e instabilidades do mundo do trabalho e das formações profissionais, é cada vez mais importante fornecer aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, quadros teóricos e analíticos gerais, uma visão global do mundo e das suas transformações de modo a desenvolver nos estudantes o espírito crítico, a criatividade, a liderança, a disponibilidade para inovação, a ambição pessoal, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipe, e a capacidade de negociação que os preparem para enfrentar com eficiência e eficácia as exigências cada vez mais sofisticadas do processo produtivo.

Espera-se que a universidade submeta os estudantes a experiências pedagógicas que, independentemente do curso escolhido, criem flexibilidade, promovam o desenvolvimento pessoal, agucem a motivação individual e produzam conhecimento que liberte os sujeitos, afirmando-os na totalidade da sua formação humana (SOUZA SANTOS, 2018).

Desta forma, o crescimento deve estar alinhado ao paradigma do desenvolvimento humano, baseado em suas próprias forças produtivas, nas suas capacidades e potencialidades (BERNHEIM; CHAUI, 2008). O processo de desenvolvimento pode ser entendido como o resultado dos processos educativos a que está submetido o ser humano ao longo de sua vida (LEITE, 2016).

Para cumprir então seu papel e função, é importante que as universidades não

tenham suas responsabilidades educativas reduzidas ao ensino imperativo e à especialização profissional. O que se espera, é que ofereçam maturação intelectual e formação ideológica com o intuito de tornar os jovens, herdeiros do patrimônio cultural humano, cidadãos responsáveis do seu povo e de seu tempo (RIBEIRO, 1969). Neste ponto, afirma Salles (2020, p. 21) “universidades são projetos culturais de largo espectro e longa duração”.

Morin (2002) destaca que a universidade convoca a sociedade, possibilita que os indivíduos vivam seu destino promovendo no mundo social e político, valores intrínsecos à cultura universitária, a autonomia da consciência, a problematização, a ética do conhecimento. A educação deve somar-se à vida, à sociedade, ao que a rodeia (IMBERNÓN, 2000). O indivíduo que decide estudar não busca a vida intelectual unicamente como um meio de sucesso. Na verdade, em se tratando de educação, só aprende quem encontra alguma forma de prazer no fato de aprender. O prazer e, portanto, o desejo são elementos fundamentais do processo de educação (CHARLOT, 2013).

Com sua escrita poética, Rubem Alves na obra “Entre a ciência e a sapiência” afirma que “a ciência é um meio indispensável para que os sonhos sejam realizados. Sem a ciência não se pode nem plantar nem cuidar do jardim” (2015, p.26). O autor defende um projeto nacional de educação para semear e criar sonhos. Imbernón (2000) ratifica esta compreensão quando afirma que é preciso formar estudantes que se movam através das fronteiras disciplinares, políticas e culturais, capazes de propor novas perguntas, criar novos cenários, produzir, entender e transformar contextos diversos.

A educação é aqui entendida como libertadora: transforma o indivíduo em um homem livre, responsável, de espírito crítico, habilitado a tomar decisões e a escolher de modo autônomo suas possibilidades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos desafios permanecem e algumas possibilidades também se apresentam. Acreditamos que as ideias aqui expostas servirão como fonte de reflexão, inquietação e possibilidades de caminhos que propiciarão novas ações. Sonhamos e desejamos uma sociedade democrática, igualitária, fraterna e solidária. Deste modo, nossas considerações representam um final prospectivo e esperançoso para a realidade tão amarga e dura que cerca nosso sistema de educação superior público brasileiro, frente aos recursos e investimentos cada vez mais contingenciados.

O que se espera da universidade não é apenas o conhecimento técnico-científico, e sim, horizontes possíveis do seu papel de agente propulsor de uma nova consciência por parte dos profissionais formados por ela.

Quando a formação acadêmica objetiva exclusivamente a profissionalização, ela se limita apenas ao simples repasse de informações, priorizando o saber a serviço exclusivo do fazer. Isto não é suficiente, por melhor que seja os conhecimentos científicos e as habilidades técnicas repassadas aos estudantes. Eles ainda serão apenas profissionais. Assim, neste contexto, é possível compreender que não se deve reduzir educação à escolarização, mas, entendê-la como um processo pleno de formação humana presente em toda e qualquer sociedade. O conhecimento oportunizado pela universidade, além de regular conceitos, compreende valores, práticas, culturas, corpos e autonomia.

Este exercício de pensar a universidade, seus desafios e caminhos nos permite transcender uma simples tarefa intelectual, vislumbrando e impulsionando utopias possíveis como sonhos realizados por meio da formação, do desenvolvimento humano e da autonomia.

A universidade é caminho e possibilidade de desenvolvimento humano, oportuniza a apropriação de saberes, favorece a compreensão da realidade contribuindo para além da formação acadêmica. E neste entendimento, a formação e o conhecimento são indispensáveis ao desenvolvimento humano. Para isso, a universidade possibilita ao estudante o domínio do próprio processo de construção do conhecimento e das bases para aumentar sua autonomia intelectual, oportunizando não apenas a formação acadêmica, como também o desenvolvimento humano daqueles que experienciaram o sabor do saber.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Entre a ciência e sapiência**. O dilema da educação. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

BARRO, R.; LEE, J. W. A new data set of educational attainment in the world., 1950– 2010. **Journal of Development Economics**, Amsterdam, v. 104, p. 184-198, sep.2013.

BERNHEIM, C. T.; CHAÚÍ, M. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior**. Brasília: UNESCO, 2008. 44p.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013. 288p.

DIAS SOBRINHO, José. Concepções de universidade e de avaliação institucional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 4, n. 2, 1999. ISSN 1982-5765.

Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1030>. Acesso em: 31 out. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000. 235p.

GACEL-AVILA, J. The Internalization of Higher Education: A Paradigm for Global Citizenry. **Journal of Studies in International Education**, New York, v. 2, p.121-136, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1028315304263795> . Acesso em: 02 fev. 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Educação para o século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 205p.

LEITE, R. C. N. **A formação de si (Bildung) do estudante universitário**. 2016. 195 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 128p.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e prática. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf> . Acesso em: 07 out. 2018.

MOROSINI, M. C. Internacionalização na produção do conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 93-112, abr. 2011.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana Rodrigues. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.6, n.12, p.19 -41, 2018.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. 284 p. Ribeiro, R.J. **A universidade e a vida atual**. Fellini não via filmes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ROBERTSON, S. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p 407-600, set./dez. 2009.

SALLES, J. C. **Universidade Pública e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. 160p.

SANTOS, F. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 238 p.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Construindo as Epistemologias do Sul - Antologia essencial - Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 2, 746 p.

VILALTA, L. A. **A internacionalização do ensino superior brasileiro: conceito e características do processo em instituições privadas do ensino superior**. 2012. 240 p. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

**WORKSHOP LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÕES
DIGITAIS E CONTEMPORANEIDADE - II WLA2021**

**ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E
APRENDIZAGEM**

O BID E A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NA AMÉRICA LATINA: FOMENTO DA DESIGUALDADE, CONSENSO PARA A DUALIDADE

Evelyn Freire da Silva

Mestranda em Educação, Universidade Federal de Viçosa. E-mail: evelyn.freire@ufv.br.

Joana D’Arc Germano Hollerbach

Doutora em Educação, Universidade Federal de Viçosa. E-mail: joana.germano@ufv.br.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação Secundária nos países da América Latina, haja vista que a organização é a principal orientadora de políticas educacionais para essa etapa do ensino na região. Para tanto, realizou-se análise documental de uma produção do Banco, sendo o trabalho, de abordagem qualitativa, orientado pelo referencial teórico e metodológico do materialismo histórico-dialético. A partir da investigação realizada foi possível compreender que as orientações e concepções presentes no documento produzido pelo BID estão alinhadas à lógica do capital, contribuindo para perpetuação de desigualdades e da dualidade histórica presente na educação brasileira, desconsiderando a realidade material vivenciada pelos países e jovens da região.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Organizações internacionais. Políticas educacionais.

1. INTRODUÇÃO

A atuação de organizações internacionais na educação brasileira remonta aos anos 1990, período em que o ideário neoliberal passou a embasar as políticas públicas visando solucionar as consequências da crise financeira e do comércio internacional que se estendeu pela década de 1980.

Da mesma forma, a ação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas políticas educacionais teve seu início com o financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), em que o banco financiou parte dos investimentos no programa que visava o fortalecimento da formação profissional no Brasil.

A educação brasileira, fundada na dualidade histórica entre educação instrumental, destinada à formar trabalhadores, e outra intelectual, dirigida para formação de dirigentes da sociedade, reflete a sociedade estruturada em classes. Tal condição corrobora para a manutenção das desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista, onde a educação profissional se tornou historicamente direcionada à população mais pobre e a formação geral e intelectual destinava-se à elite burguesa.

Nesse contexto, as políticas neoliberais na esfera educacional, que perduram dos anos 1990 até a atualidade, têm transcorrido no sentido de cimentar a dualidade existente,

criando e consolidando desigualdades na sociedade brasileira, e na América Latina como um todo, que refletem diretamente na educação.

À vista disso, o presente artigo tem como objetivo analisar o texto *La brecha de habilidades Adolescentes en la fuerza laboral*, publicado pelo BID em 2012. Dessa análise, resulta compreender as orientações do banco direcionadas à educação na América Latina, principalmente no que se refere ao Ensino Médio brasileiro, à luz do materialismo histórico-dialético.

Foram escolhidas três categorias de análise do documento: responsabilização do sistema educacional e do trabalho docente; avaliações; e Educação Profissional (ensino técnico). Assim, a partir da compreensão dessas categorias, busca-se entender os rumos e sentidos levantados pelo banco para a educação secundária, de forma a evidenciar as contradições existentes nas orientações da organização dadas à realidade vivenciada pelos países latino-americanos.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, é orientada pelo referencial teórico e metodológico do materialismo histórico-dialético. O materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico, metodológico e analítico, fundamentado aqui em Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que possibilita a compreensão da dinâmica e as transformações da história e das sociedades (GOMIDE; JACOMELI, 2016).

Gomide e Jacomeli (2016, p.65) colocam que a concepção materialista compreende a realidade através de todas as suas contradições, conflitos e transformações, “evidenciando que as ideias são, de fato, reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e que, por isso, são representações do real”. Assim, o método materialista histórico-dialético torna possível uma análise que vai além das aparências e redundâncias, compreendendo a necessidade de analisar as condições materiais da existência para compreensão do objeto a ser estudado. Logo, para estudarmos o BID e suas relações com o Ensino Médio se faz necessário compreender as condições materiais da vida social em que tais relações transcorrem.

Para concretização do objetivo da pesquisa, foi realizada análise documental, onde a principal característica da investigação “é que a fonte de coleta de dados está

restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.174).

Os documentos podem ser caracterizados conforme o seu tipo, podendo ser do tipo oficial (decreto, parecer, etc.), técnico (relatório, livro-texto, planejamento) ou pessoal (carta, diário, autobiografia) (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Sendo assim, na presente pesquisa será utilizado um documento técnico, produzido pelo BID, intitulado “La brecha de habilidades Adolescentes en la fuerza laboral”, que constitui a edição Janeiro-Abril de 2012 do periódico IDEA (Ideas para el Desarrollo en las Américas).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma organização internacional voltada para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, especificamente. No que tange às organizações internacionais, Seintefus as define como sendo

associações voluntárias de Estados que podem ser definidas da seguinte forma: trata-se de uma sociedade entre Estados, constituída através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros. O artigo 2º, § 6º, da Carta das Nações Unidas ressalta o voluntarismo desta participação, pois a ONU não pode impor sua autoridade a um Estado que não a compõe (SEINTEFUS, 2005, p.32-33, grifos do autor).

Nesse sentido, o BID foi fundado em 8 de abril de 1959, por iniciativa do governo brasileiro, sob vigência do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), fruto das reivindicações dos Estados da América Latina que aspiravam um banco voltado exclusivamente para o desenvolvimento do continente (SEINTEFUS, 2005). Assim, o Banco se consolidou, segundo o autor, como uma organização nacional que possui como principais objetivos a cooperação financeira e o desenvolvimento dos Estados que dele fazem parte.

O BID foi criado através da parceria entre 19 países da América Latina e os Estados Unidos. Os países-membros originais eram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos.

De acordo com o *site* do BID, no decorrer do tempo, a organização expandiu o número de membros: Trinidad e Tobago tornou-se membro em 1967, Barbados em 1969, Jamaica em 1969, Canadá em 1972, Guiana em 1976 e Suriname em 1980. Outros 16

países europeus junto a Israel e Japão, membros não regionais, passaram a compor o Banco no período entre 1976 e 1986, Belize tornou-se membro em 1992, enquanto Croácia e Eslovênia aderiram como países sucessores da Iugoslávia em 1993. A Coreia do Sul tornou-se membro em 2005 e a China, o último país a entrar para a organização, aderiu em 2009.

A ação do BID na esfera educacional remonta aos anos 1990, momento em que as organizações internacionais começaram a direcionar às políticas sociais através de seus financiamentos. Encontramos em Soares (2009) que a década de 1990 foi marcada pelo chamado ajuste neoliberal, que se manifestou como forma de solucionar as consequências da crise financeira e do comércio internacional, crise essa atrelada ao baixo crescimento econômico que havia se estendido pela década de 1980.

O modelo econômico implementado nos anos 1990 e ainda em vigor é marcado pela informalidade no trabalho, pelo desemprego e o subemprego, e gerou consequências profundas para os países da periferia do sistema capitalista, principalmente na América Latina (SOARES, 2009). Ainda de acordo com Soares (2009), nesse momento surgiram também programas de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), a Unicef (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância), dentre outros. Os programas dessas organizações tinham como objetivo, principalmente, dar assistência à população mais pobre, haja vista que a partir do ajuste a população dos países que compõem a periferia da economia capitalista foram submetidos ao agravamento das desigualdades sociais e das situações de pobreza (SOARES, 2009).

Nesse sentido, como argumenta Peroni (2008), a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais, o Estado é reformado, tornando-se mínimo para realização das políticas sociais e máximo para o capital. Segundo a autora, no que se refere à educação, além da transferência das responsabilidades de execução de políticas sociais para a sociedade (descentralizando as responsabilidades), houve a terceirização de serviços e centralização do controle através de avaliações, em que o Estado assume um papel de avaliador e coordenador do sistema educacional, mas não de executor dessas políticas. Dessa forma, seguindo as orientações das organizações internacionais, tal qual o Grupo Banco Mundial, a propriedade dos serviços públicos permanece sendo estatal, mas seguem a lógica do mercado (PERONI, 2008).

Nesse contexto, no que concerne às áreas de atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, atualmente suas atividades

incluem três desafios de desenvolvimento – inclusão social e equidade, produtividade e inovação e integração econômica – e três temas transversais – igualdade de gênero e diversidade, mudança climática e sustentabilidade do meio ambiente, e capacidade institucional do Estado e Estado de direito (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2020).

Castro (2014, p.89) acrescenta que o BID focaliza suas ações em “três principais temas que juntos compõem sua Divisão de Proteção Social e Saúde: desenvolvimento da primeira infância, juventude em risco e alívio da pobreza”. Dessa forma, a temática da juventude em risco se aproxima das proposições para o Ensino Médio, dado que são políticas direcionadas ao mesmo público-alvo, como argumenta Mello (2020).

O Banco, além de fornecer empréstimos, subsídios e cooperação técnica aos Estados-Membros, realiza pesquisas e produz documentos com orientações acerca das temáticas nas quais objetiva a sua atuação.

Mello (2020), ao analisar o Programa Ensino Médio Inovador, o Projeto de Lei nº 6.840/2013 (proposta de Reforma do Ensino Médio não aprovada) e a Lei nº 13.415/2017 (que reformou o Ensino Médio brasileiro), à luz das orientações de documentos produzidos pelo BID direcionados à educação, compreende que se tratam, principalmente, de proposições de mudanças curriculares. Segundo a autora,

São propostas de reformas que ignoram os fatores externos à escola no processo de ensino-aprendizagem. Tais mudanças curriculares incidem sobre a formação dos estudantes de nível médio e também sobre a formação dos educadores. Não trata as causas dos problemas, não dispõe sobre as condições de pobreza de estudantes que vão à escola para se alimentar ou de professores que trabalham em dois turnos e em mais de uma escola (MELLO, 2020, p.118).

Assim, Mello (2020) conclui que o BID e as políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio estão alinhados no sentido de manter a ordem e o domínio do modo de produção capitalista.

Uma das linhas de atuação do Banco se direciona para o fortalecimento da Educação Profissional, especialmente no que diz respeito à sua associação ao Ensino Médio. O início dessa atuação remonta ao Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), criado em 1997, por iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o então Ministério do Trabalho e do Emprego, visando o fortalecimento da formação profissional no Brasil, em que o banco financiou 50% dos investimentos no programa. Segundo Moura (2007, p.17), o financiamento do programa aparece “como

parte integrante do projeto de privatização do estado brasileiro em atendimento à política neoliberal, determinada desde os países hegemônicos de capitalismo avançado e das grandes corporações transnacionais”. Ademais, o PROEP surge em consonância com o Decreto nº 2.008/1997, que dispunha sobre a Educação Profissional, separando essa modalidade de ensino do Ensino Médio e, conseqüentemente, impossibilitando a realização do ensino integrado e reafirmando a dualidade histórica no Brasil entre formação intelectual e instrumental. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos,

Com efeito, este decreto restabelece o dualismo, ainda que, em outros termos, da educação dos anos, e assume o ideário pedagógico do capital ou do mercado – pedagogia das competências para a empregabilidade – com bases nas Diretrizes e Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs e DCNs) (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010, p.13).

Da mesma forma, encontramos no documento “La brecha de habilidades Adolescentes en la fuerza laboral”, pertencente ao periódico IDEA (Ideas para el Desarrollo en las Américas), produzido pelo BID em 2012, discussões e orientações acerca da educação na América Latina. Assim, apresentamos no tópico a seguir a análise de trechos do documento e as contradições existentes nas recomendações do Banco, haja vista a realidade dos países latino-americanos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do documento concentra-se na discussão sobre a desconexão entre conhecimentos e habilidades que demandam os empregadores e os adquiridos pelos jovens no Ensino Médio. O documento analisado se embasa nos resultados e discussões divulgadas no livro *Desconectados: Habilidades, educación y empleo en América Latina*.

Segundo o texto, os conhecimentos e habilidades apreendidas pelos estudantes nas escolas da região não atendem às necessidades do mercado de trabalho e, por isso, o Ensino Médio tem alcançado diminutos retornos aos jovens e também aos empregadores, que não conseguem encontrar mão-de-obra capacitada.

Para melhor compreensão do conteúdo do documento, dividimos a análise do texto em três categorias: responsabilização do sistema educacional e do trabalho docente; avaliações; e Educação Profissional (ensino técnico).

4.1. Responsabilização do Sistema Educacional e do Trabalho Docente

O documento estudado, inicialmente, levanta a discussão sobre os investimentos em educação realizados pelos países da América Latina, mas que esses esforços não renderem os resultados esperados, pois a educação secundária não tem logrado retornos significativos no âmbito do mercado de trabalho. Nas palavras do Banco,

Se trata de verdaderos logros y reflejan un aumento sustancial de los recursos destinados a la educación en la región. Sin embargo, existen evidencias inquietantes de que estas ambiciosas inversiones no están rindiendo los resultados esperados.

[...] Por otro lado, hay señales de que los retornos de la educación secundaria en el mercado de trabajo están disminuyendo en la región (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2012, p.1).

Uma das hipóteses apresentadas pelo documento para a falta de retorno da educação para o mercado de trabalho seria a desconexão entre o que os jovens estão aprendendo na escola e o que os empregadores esperam deles. Assim, de acordo com o BID,

Es posible que los alumnos latinoamericanos actualmente completen más años de escolarización, aunque no consiguen dominar los conocimientos y habilidades que supuestamente deben aprender. O quizá estén adquiriendo esos conocimientos y habilidades, sólo para descubrir que no son los conocimientos y habilidades que necesitan para tener éxito en su puesto de trabajo. En otras palabras, puede que haya una fuerte desconexión entre oferta y demanda, entre los conocimientos y habilidades que los empleadores buscan y lo que realmente aprenden los jóvenes en las escuelas de la región (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2012, p.2).

De fato, como vemos em Nosella (2008), a universalização e a expansão da escola no Brasil não foram acompanhadas pela busca da qualidade do ensino a ser oferecido. Contudo, esse processo de esvaziamento da qualidade da educação remonta à década de 1930, a partir da ascensão do populismo e a consolidação da escola para o trabalho. Entretanto, ao invés de restaurar a qualidade perdida com a universalização, como propõe Nosella (2008), o estado brasileiro, através de políticas educacionais sucessivas, aprofunda a desigualdade e consolida a dualidade. Os jovens vindos da classe burguesa, seguiu tendo acesso a uma escola de ampla cultura, que aprofunda o acesso ao conhecimento e o prepara para ser dirigente. O jovem da classe trabalhadora, ao contrário, tem acesso ampliado à escola, chegando a níveis de escolarização mais altos que seus antepassados. Contudo, numa escola que, pela precarização da infraestrutura e pela falta de condições materiais para garantir o sucesso nos estudos, não garante o acesso ao conhecimento. Assim,

Em geral, a escola para o mundo do trabalho se tornou uma escola-do-não-trabalho, isto é, uma escola do faz-de-conta. Seu currículo oculto “ensina” que se pode estudar sem muito “suar”; que o trabalhador foge do trabalho mal pago, duro, braçal, rotineiro, não tanto transformando este trabalho, e sim com diplomas escolares que não exigem disciplina, aplicação, estudo, exames. O populismo mistifica o trabalho intelectual, despojando-o de toda ascese, pois encara a escola como um prolongamento dos cuidados familiares, como uma proteção ao mais fraco, como uma atividade ligada mais à assistência social do que à produção científico-tecnológica (NOSELLA, 2008, p.174).

Entretanto, esse processo compõe parte da consolidação da dualidade histórica presente na educação brasileira, que oferece uma educação para o trabalhador e outra, científico-humanista, para os filhos da classe dominante. Dessa forma, a discussão acerca da baixa qualidade da educação ofertada para a classe trabalhadora envolve discutir os objetivos do ensino que lhes é oferecido, que são justamente a formação de mão de obra barata e um cidadão minimamente qualificado, visando atender as demandas do mercado.

Nesse sentido, vemos o Banco apontar que o aprendizado adquirido pelos jovens está distante do que é demandado pelos empresários da região. Segundo o periódico,

Sin embargo, entre tanto se necesita entender mucho más acerca de la adquisición de habilidades cognitivas y no cognitivas por parte de la juventud de América Latina y el Caribe, y cuáles de estas habilidades son las más buscadas entre los empresarios de la región (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO, 2012, p.2).

A “desconexão” existente entre os conhecimentos assimilados pelos estudantes nas escolas da região representam, de acordo com o Banco, perigo para os jovens, que podem se encontrar desconectados do mundo do trabalho mesmo após anos dedicados aos estudos.

Este segmento de la población es el que quizá corra el mayor peligro de verse “desconectado” del mundo del trabajo productivo, después de haber dedicado años a desarrollar habilidades que no se adecúan a las necesidades de los empleadores, o peor aún, a desarrollar escasas habilidades útiles en general (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO, 2012, p.5).

Ainda segundo o BID, “esta producción insuficiente de habilidades tan buscadas se debe, al menos en parte, a una falta de incentivos por parte de los educadores para otorgar prioridad a su desarrollo” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO, 2012, p.6). Assim, além de apontar, sem uma análise aprofundada, a má qualidade da educação nos países latino-americanos, o Banco transfere a responsabilidade dessa insuficiência para os educadores, desconsiderando todas os aspectos que historicamente envolvem os sistemas educacionais e a realidade dos jovens presentes na região, haja vista que o bom rendimento dos estudantes perpassam por questões relacionadas à família, renda e políticas sociais de qualidade.

Nesse sentido, o documento expressa a atribuição de incentivos financeiros aos professores como uma alternativa que visa modificar a realidade da educação na região, pois, de acordo com o Banco, a fixação dos salários com base nos antecedentes dos profissionais tem se mostrado cada vez mais ineficaz. Nas palavras do Banco,

La práctica de fijar el salario de los educadores estrictamente según sus antecedentes (grados obtenidos, años de experiencia de docencia y otros) ha demostrado ser cada vez más ineficaz para motivar una buena docencia, y empieza a ser descartada a favor de un salario basado en resultados documentables. En algunos casos, los incentivos se ofrecen a los profesores individualmente, como en un programa implantado en el estado de Andhra Pradesh, en India, y en otros programas a nivel de la escuela, como en Israel. Además de procurarles a los profesores un incentivo directo para mejorar su desempeño, el salario basado en los resultados debería estimular a los jóvenes que poseen una vocación docente a ingresar en la profesión (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2012, p.7).

Esse processo de incentivos financeiros com base no desempenho dos professores estimula a competitividade entre os docentes e, para além, gera instabilidade no trabalho dos educadores, eximindo o Estado da responsabilidade sobre o sistema educacional. Para Shiroma e Evangelista (2011, p.142), “tais concepções e ações são direcionadas para o que traz resultado e não para o que é importante para a aprendizagem do aluno e que confere sentido à escola”. Segundo as autoras, essa responsabilização pelos resultados, também denominada *accountability*, pode se tornar justificativa para demissão ou exoneração por justa causa de profissionais da educação. Fica evidente o “fato de que atingir metas assume a centralidade, os meios se sobrepõem aos fins. Isso significa que mais recursos serão dados aos professores que trouxeram maior retorno do ponto de vista dos interesses em tela. O professor torna-se vulnerável [...]” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011, p.142).

Da mesma forma, o Banco culpabiliza a educação geral ofertada na educação secundária, à qual engloba o Ensino Médio brasileiro. De acordo com o documento,

El modelo original de educación secundaria en América Latina tiene sus raíces en el modelo europeo, que tradicionalmente ofrecía dos vías diferentes para la obtención de un diploma: un programa de estudios liberal, generalista y humanista diseñado para preparar a sus alumnos para los estudios universitarios, y una formación profesional para aquellos que ingresarían en la fuerza laboral directamente después de la escuela secundaria. Sin embargo, hacia comienzos del siglo XX este sistema llegó a considerarse una prolongación de desigualdades de larga data que minaban la coherencia y la estabilidad social. Por lo tanto, el sistema de dos vías fue en gran medida abandonado a favor de un esquema que proponía el enfoque generalista de educación secundaria para todos y una puerta abierta a todos para la educación superior (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2012, p.6).

Assim, vemos o Banco transferir a responsabilidade pela má qualidade da educação na América Latina para a escola e os sujeitos que a compõem, como se a instituição, sozinha, pudesse transformar a realidade educacional nos países. Na prática, sabemos da impossibilidade e limites existentes no contexto escolar. No cenário brasileiro, por exemplo, tendo em vista dados do Censo Escolar de 2020, 4,3 mil (3,2% do total) escolas públicas do país não possuem banheiro e 35,8 mil (26,6% do total) não contam com coleta de esgoto (BRASIL, 2021). Dessa forma, culpar estabelecimentos escolares e profissionais da educação pelo baixo rendimento dos estudantes, desempenho esse medido através de avaliações que ignoram as desigualdades que transpassam o contexto escolar, é, também, ignorar a realidade material dos países latino-americanos.

Da mesma maneira, o documento desconsidera a atual fase do modo de produção vigente, marcada pelo desemprego estrutural inerente ao sistema capitalista. Como coloca Saviani (2008),

O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2008, p.430).

Desse modo, vemos que as recomendações do BID caminham em sentido à perpetuação das desigualdades existentes, buscando a melhoria da educação na América Latina através de reformas e ajustes que, não modificando a estrutura da sociedade na qual a escola se insere, não alcançam resultados efetivos para a realidade dos jovens da região.

4.2. Avaliações

Outro ponto importante identificado no documento é o enaltecimento do sistema de avaliações padronizadas, já citadas anteriormente, entendido pelo Banco como mecanismo essencial para gerar e divulgar informações sobre a Educação nos países da região. Nesse sentido, para o BID,

Un paso crítico para generar y divulgar información desde el ámbito educativo hacia fuera es un sistema de evaluaciones nacionales que utilizan pruebas estandarizadas para medir habilidades académicas básicas (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMIENTO, 2012, p.6).

As provas padronizadas fazem parte do cenário educacional brasileiro desde 1990, quando o Saeb foi implantado (MEC, citar o site). Desde então, avaliar em grande

escala tem sido uma política regular, ainda que sem a devida contrapartida para a melhoria da educação e menos ainda da sua democratização (SUDBRACK; COCCO, 2014). Entretanto, o argumento apresentado no documento para sustentar a utilização de avaliações, é de que

El perfeccionamiento de los flujos de información sobre lo que sucede en las escuelas y en el conjunto del sistema educativo sería beneficioso de diversas maneras. Los padres que están mejor informados sobre las opciones educativas disponibles y la calidad de diferentes escuelas, estarían más capacitados para adoptar mejores decisiones para sus hijos y contarían con una base para exigir mejoras en las escuelas (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2012, p.6).

Como vemos em Peroni (2008), a avaliação, a partir das reformas iniciadas nos anos 1990, se tornou um instrumento indutor da qualidade na educação, se tornando meritocrática e culpabilizando professores e escolas pelos resultados disponibilizados através de índices. Assim, o Estado é desresponsabilizado da garantia da qualidade da educação, qualidade esta que envolve investimentos na infraestrutura escolar, valorização do trabalho docente, entre outros fatores.

Vale lembrar que, de fato, houve expansão do acesso à educação, mas essa expansão não veio acompanhada do investimento na melhoria da qualidade da educação a ser oferecida às camadas populares que atualmente possuem acesso à escola. Da mesma forma, também é importante ressaltar que diversos problemas que perpassam a educação e o desempenho dos estudantes se devem às demandas extraescolares, como às relacionadas à classe, estrutura familiar, raça, entre outros que limitam o acesso e permanência dos jovens na escola.

4.3. Educação Profissional

Uma das formas levantadas pelo documento como elemento de melhoria da educação nos países da América Latina, é a expansão do ensino técnico-profissional. Segundo o Banco,

Las escuelas técnicas y profesionales son, al parecer, las que mejor preparan a los alumnos para el lugar de trabajo. Las personas que se habían graduado de (por oposición a las que sólo habían asistido a) escuelas técnicas y profesionales mostraban mejores niveles de habilidades socioemocionales que otros grupos. Dado que éstas son las habilidades que parecen ser más valoradas por los empleadores, esta conclusión sugiere la pregunta de qué hay detrás de esta relación. Si estas escuelas son mejores que otras para crear estas valiosas habilidades, ¿en qué residen sus aciertos, y cómo pueden otras escuelas aprender de ellas? (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2012, p.7).

O argumento utilizado pelo documento é que as escolas técnicas e profissionais são as mais adequadas para preparar os jovens para o trabalho e atender as demandas dos empregadores.

Ao olharmos para a história da educação brasileira, vemos em Nascimento (2007, p.79) que durante os períodos colonial e imperial ela “tinha por finalidade a formação da elite da sociedade para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais. Para esta pequena parcela da sociedade brasileira predominava o ensino humanístico e elitista”. Assim, evidencia a dualidade entre a educação científica-humanista oferecida às elites e a formação para o trabalho manual ofertada aos mais pobres, haja vista a criação do Liceu de Artes e Ofícios, em 1858, que de acordo com Bieliski (2000, p.1) instituição foi criada “por iniciativa privada, com a finalidade de ministrar a educação popular, fundamental e profissionalizante. Foi pioneira na implantação de diversos cursos técnicos para as classes operárias”. Tal dualidade se consolidou e ainda reverbera no século XXI, como vemos através das recomendações de organizações internacionais, basta ver que as orientações dessas instituições se direcionam às escolas públicas, frequentadas majoritariamente pelos filhos da classe trabalhadora.

Sendo assim, vemos que as recomendações do BID para a educação se colocam alinhadas à lógica do capital, fortalecendo e perpetuando a desigualdade nos países latino-americanos, delegando uma educação para os ricos e outra para os pobres, visando formar apenas trabalhadores que atendam às demandas do capital. Fomenta a desigualdade e cria o consenso para a dualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou discutir as recomendações do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a educação nos países da América Latina, tendo como referência o documento “La brecha de habilidades Adolescentes en la fuerza laboral”, pertencente ao periódico IDEA (Ideas para el Desarrollo en las Américas), produzido pelo Banco em 2012.

A partir da análise realizada, torna-se evidente que as orientações e concepções expressas no documento não consideram, de fato, a realidade material dos países e jovens da região. A condição subalterna e periférica diante do capitalismo mundial é relegada

nas análises, condição essa que determina as possibilidades de realização e consolidação de um sistema educacional comprometido com a formação do indivíduo em sua completude.

Ademais, vemos que, no caso brasileiro, as políticas educacionais têm se direcionado a concretizar as recomendações e ideias presentes no documento analisado. Um exemplo da consolidação das orientações é a Reforma do Ensino Médio, intitulada pelo Ministério da Educação como Novo Ensino Médio e traduzida na Lei n° 13.415/2017, que organizou a última etapa da educação básica em itinerários formativos, sendo um deles profissionalizante.

Destarte, é necessário compreender que os problemas relacionados à Educação Secundária e, especificamente, ao Ensino Médio, não se resolverão através de mudanças curriculares, avaliações ou recompensas financeiras aos professores. Para alcançarmos mudanças significativas para os jovens latino-americanos é imprescindível que tenhamos um projeto de política educacional que envolva toda a sociedade, estando vinculado à realização e consolidação do acesso a políticas sociais, tais como moradia, saúde, lazer, assistência à família, saneamento básico, emprego e renda, elementos que garantam o acesso e permanência dos jovens na escola.

6. REFERÊNCIAS

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Conheça o BID**. 2020. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/visao-geral>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. Educação profissional no século XIX - Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. **Boletim Técnico do Senac**, v.26, n.3, set./dez. 2000.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2021.
- CASTRO, Marina Scotelaro de. **A Concepção de Política Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 1, p.64-78, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELLO, Cecília Carmanini. **As Políticas para o Ensino Médio no Brasil e suas Relações com o BID (2003-2016)**. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, ano.23, v.2, 2007.

NASCIMENTO, Manoel Nelito: Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publicações UEPG** Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, n.15,77-87, 2007.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira do final do século: um balanço. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: VIII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2008. **Anais...** Itajaí-SC: ANPED-Sul, 2008, p.1-15.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das organizações internacionais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 127-160, jan./jun. 2011.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SUDBRACK, Edite Maria.; COCCO, Eliane Maria. Avaliação em larga escala no Brasil: potencial indutor de qualidade?. **Roteiro**, v.39, n.2, p.347-370, 2014. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/4231>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DA CERTEZA À SUSPENSÃO DO JUÍZO: A DIFÍCIL TAREFA DE IDENTIFICAR E ENFRENTAR PROBLEMAS EPISTÊMICOS LEGÍTIMOS

Marco Antônio Silva Miranda

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências
UFBA-UEFS marcomiranda_uefs@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho está norteado na investigação da seguinte questão: diante de um desacordo epistêmico legítimo, como um agente racional deve se comportar? Analisaremos conceitos básicos de epistemologia para compreensão do que consiste um desacordo epistêmico, bem como as condições nas quais é possível sustentar quando o desacordo é dotado de legitimidade. Em contraste à ideia de desacordo epistêmico legítimo, foi empregada a noção de certeza objetiva, que decorre da obra de Ludwig Wittgenstein, para fundamentar a ideia de que algumas crenças estão infensas ao debate, pois não há como se suscitar dúvidas razoáveis contra elas. Em seguida, analisaremos qual a postura epistemológica esperada de um agente racional diante de desacordos epistêmicos legítimos. Conclui-se sustentando que nem todo debate pode ser alçado à condição de um desacordo epistêmico legítimo; e que diante de desacordos epistêmicos legítimos, a adoção de uma postura cética e dialética é a mais recomendável.

PALAVRAS CHAVES: Epistemologia; certeza; ceticismo.

1. INTRODUÇÃO

Algumas certezas já se encontram de tal forma arraigadas que simplesmente não há o menor sentido suscitar quaisquer dúvidas contra elas. Por outro lado, há fenômenos que instauram um problema para o qual concorrem diversas respostas, muitas das quais providas de boa justificção, mas que ao final podem não conduzir à formação de uma crença segura. Assim, diante de certezas indubitáveis e crenças conflitantes, como identificar quando estamos diante de um desacordo epistêmico legítimo e como se portar, racionalmente, com os nossos interlocutores?

A identificação de um legítimo desacordo epistêmico torna-se um desafio ainda maior, diante do cenário de descaso epistêmico (CASSAM, 2018) coletivo, no qual massas de indivíduos portam-se sem o mínimo interesse se a crença sustentada possui qualquer apoio na realidade. Tal fenômeno se fez presente nas eleições dos EUA, que culminaram na vitória de Donald Trump, e no Brexit (CASSAM, 2018). Não bastando o descaso para com a tarefa de arremontar provas que se amparem na realidade acerca das crenças defendidas, passa-se a suscitar dúvidas sobre temas cujo grau de certeza fez com que não mais estivessem no fluxo do debate, tal como ocorre com o formato geóide da Terra ou com a certeza de que é nosso planeta que gira ao redor do sol.

São estas dificuldades com as quais nos deparamos com o debate público, ainda mais amplificado em razão da difusão das redes sociais, que tornam árdua a tarefa de identificar discussões que possuem legitimidade epistemológica, quer dizer, discussões que têm como pressuposto o conflito de crenças para as quais concorrem boas justificativas acerca de sua conexão com o mundo. A dificuldade é ainda mais amplificada porque a identificação de debates legítimos é de suma importância para se retirar de certos temas a pretensão de algum resquício de debate verossímil, sendo exemplo disso a tentativa de se estabelecer qualquer linha de divergência acerca do formato do nosso planeta e, mais recentemente, sobre a eficácia, ou não, de vacinas no combate a epidemias virais.

Por estas razões, faz-se premente colocar em perspectiva uma investigação acerca da legitimidade de certos debates, de modo a evitar que discursos totalmente contrários a certezas que já temos bem estabelecidas coloquem em xeque nossa imagem de mundo, dando espaço para o surgimento de discursos totalitários e anticientíficos, por exemplo.

2. ALGUMAS NOÇÕES BÁSICAS E PRÉVIAS DE EPISTEMOLOGIA

O problema anunciado tem por orientação a seguinte indagação: diante de um desacordo epistêmico legítimo, como um agente racional deve se comportar? É de suma importância esclarecer alguns conceitos e expressões presentes na própria questão para que aquilo que se argumentará em seguida possa se conectar em um fio lógico.

A Epistemologia é um ramo da Filosofia que tem como uma de suas questões centrais a indagação sobre “Como conhecemos o que conhecemos?” (GRECO; SOSA, 2008, p. 16), ou, de outra forma, como acessamos o mundo cognitivamente. Outros temas auxiliares se fazem presente, tais como evidências ou razões para crer, justificção, probabilidade, o que devemos crer, dentre outros (FUMERTON, 2014, n.p.). O conhecimento, portanto, é o principal objeto de estudo da Epistemologia, noção esta, por sua vez, que recebeu uma clássica definição trinomial no diálogo platônico Teeteto como sendo “crença, verdadeira e justificada” (PLATÃO, 1973).

Dessa forma, por desacordo epistêmico legítimo compreendemos o desacordo entre crenças cujas evidências, credibilidade da fonte e modo de investigação apontam para a possibilidade de se produzir conhecimento. O desacordo que nos interessa é aquele ao redor do qual gravitam crenças ou afirmações que fazemos sobre aquilo que ocorre no mundo, crenças

para as quais dispomos de boas razões (justificativas) ou provas de que guardam correspondência com o nosso mundo. Assim, diante de tal esclarecimento, é possível nos perguntar: quando conhecimentos se antagonizam ou divergem em algum aspecto sobre um mesmo fenômeno que ocorre no mundo, como se portar? Buscaremos possíveis respostas.

A retomada da noção de conhecimento é de grande relevância porque o desacordo epistêmico, para que se tenha legitimidade, não pode estar constricto a uma discussão de meras opiniões, ao modo de Protágoras, para o qual homem a medida de todas as coisas, da existência das que existem e da não existência das que não existem”, de forma que seria ele o único juiz de si (PLATÃO, 1973, 152a, p. 32). Disso resultaria que todo e qualquer julgamento feito sobre o que ocorre no mundo seria verdadeiro, pois fundado numa percepção individual, tomada como verdadeira *a priori*.

Outra característica do desacordo epistemicamente legítimo é a natureza proposicional das crenças em conflito. Uma crença é proposicional quando se é possível formular juízos veritativos ou que podem ser expressos como “algo é o caso”. O sentido da proposição está voltado para uma relação de correspondência com a realidade. É facilmente compreensível entender o funcionamento das crenças proposicionais diante de juízos triviais que formulamos em nosso dia a dia, por exemplo “está chovendo agora”, “a casa é amarela”, dentre outros. Se não estiver chovendo naquele dado momento ou se a casa não for amarela, as sentenças serão falsas. O aspecto proposicional da crença tem sua caracterização mais esmaecida quando estamos diante de um conflito de crenças que exigem maiores elaborações. Um debate que pode ser concebido epistemologicamente genuíno pode ser exemplificado como a discussão sob a melhor forma de estados políticos, se unitários, tal como Portugal, ou federativos, como o Brasil. Em discussões desta natureza, a correspondência entre aquilo que se fala e a realidade não se apresenta de uma forma totalmente clara, ao ponto de chegarmos a juízos veritativos bastante seguros. Em um desacordo epistêmico complexo tal como o exemplificado, a busca pela correspondência com a realidade tende a encontrar dificuldades em ser resolvido por meio de simples sentenças, tais como a que fazemos diante de questões triviais da nossa vida – a exemplo de “está chovendo agora”. A tentativa de correspondência entre crença e realidade, nestas situações, passa por uma formulação discursiva mais elaborada. No desacordo sobre a melhor forma de estado, se o unitário ou federativo, contra o interlocutor que advoga que a melhor forma será sempre a unitária, o outro polo da interlocução pode se contrapor sustentando que o estado unitário tende a ter melhor adequação para menores territórios, que possuem certa

homogeneidade entre o povo constituinte e que não possuem grandes disparidades regionais em termos sociais e econômicos. Diante destes dois argumentos, tendemos a acolher o argumento do segundo interlocutor, ao invés do primeiro, porque guarda maior correspondência com o que constamos na realidade. Ou seja, é possível dizer que é verdadeira a sentença “a forma unitária tem melhor adequação em estados mais homogêneos”, porém essa correspondência não implica em uma ideia de verdade absoluta, que inviabiliza a retomada do debate.

Um último elemento também de grande relevância para a compreensão da expressão “desacordo epistêmico legítimo” é a noção de verdade, que assume uma posição de valor epistêmico fundamental (SOSA, 2013, p. 73). Antes mesmo de ser a verdade uma questão investigativa da filosofia, saber que algo que ocorre no mundo é verdadeiro ou falso é quase uma necessidade instintiva que possibilitou a humanidade alcançar o seu atual estágio de desenvolvimento – mesmo que se tenham reservas quanto à ideia de progresso. Ainda que tivéssemos crenças e justificações, ou apenas crenças, sem uma relação de correspondência com o mundo, sequer teríamos comunicação. Portanto, a noção de verdade que importa para o debate epistemológico pode ser concebida com a expressão “S sabe que *p*”, sendo “S” um sujeito qualquer e “*p*” aquilo que pode, ou não, estar ocorrendo no mundo. É uma ideia bastante deflacionada de verdade, concebida como uma relação de correspondência com o que pode ou não estar se manifestando no mundo. Não faz parte da agenda investiga da Epistemologia qualquer tratado acerca da essência da verdade; se se trata de uma noção absoluta ou relativa, que outros campos da Filosofia tende a abordar.

3. AS CERTEZAS E OS DESACORDOS LEGÍTIMOS

Quando nos referirmos à legitimidade para uma categoria geral ou um sem número de fenômenos – como ocorre na questão proposta, que se refere a *debates epistêmicos legítimos* – nos deparamos com o problema da tipicidade, que pode ser expresso por meios das seguintes questões: *quais* debates epistêmicos podem ser reputados legítimos? *Como* eles alcançam o status da legitimidade? É possível responder estas questões de um ponto de vista normativo, por meio do qual alguma regra tenta fazer a delimitação de quando e como o desacordo será legítimo. O mais relevante problema de tal postura, em nossa concepção, está no risco de se adotar uma perspectiva normativista infensa à mudanças, que concebe que uma regra, uma vez selada com determinado sentido, passa a nos guiar em diversas aplicações infinitamente

(GLOCK, 1998, p. 314), o que resultaria em desconsiderar, ao longo do tempo, fenômenos cujo status de legitimidade fora obtido numa prática linguística diária, mas que acabam por escapar do espectro da norma que tipifica e distingue o legítimo do ilegítimo. Em virtude disso, assumiremos uma postura terapêutica (MORENO, 2012) e, ao invés de normatizar, apenas pontuaremos alguns debates, na forma de exemplos, que não podem ser chamados de legítimos e, a partir destes exemplos, colocarmos em prática nossa faculdade de julgar (KANT, 2001, p. 177).

Muitas de nossas crenças já não são mais postas em questão; não há dúvida razoável que possa ser levantada contra elas. Assumiram a condição de certeza objetiva; uma crença que, tamanha é a ausência de dúvida, orienta-nos como agir com segurança (WITTGENSTEIN, 1969, §§ 194 e 196, p. 65). Estas certezas objetivas são como uma espécie de *know-how*, um *saber como* que reside na base de todas as nossas crenças e serve de pilar para as crenças que sobre elas se estruturam (*ibidem*, §204, p. 67). Nossa imagem de mundo é estruturada por estas certezas, que funcionam como dobradiças ao redor das quais as dúvidas giram; são crenças de tal forma assentes que parecem ter saído de circulação do nosso fluxo epistêmico, “foram assim desviadas para uma via não utilizada” (*ibidem*, §210, p. 69). A referência aqui feita à noção de certeza objetiva de Ludwig Wittgenstein é de grande relevância porque alguns debates na atualidade ganharam proeminência suscitando dúvidas contra crenças que são as dobradiças da nossa imagem de mundo. Bom exemplo desse estéril debate é aquele relativo ao formato da Terra. Em pleno século XXI, vemos terraplanistas invadindo canais de televisão, aplicativos de vídeo como o YouTube, dentre outros meios, para sustentar que a Terra é plana, valendo-se das mais absurdas justificações, que contrariam as leis da física que conhecemos até agora. O terraplanismo, em que pese o seu absurdo, pode não trazer consequências negativas maiores. Mas é justamente por se conceder espaço para descabidas dúvidas é que fomos, passo a passo, caminhando para trás, em direção a um abismo epistemológico.

Por não chamarmos enfaticamente o período ditatorial atravessado pela Brasil entre 1964 a 1985 de ditadura, permitindo que ainda hoje se “debata” se vivemos uma ditadura ou uma revolução; por não chamarmos expressamente os torturadores de torturadores, permitindo que um deles recebesse homenagens em uma sessão de impeachment no Congresso Nacional pós-democratização; por tergiversar e não chamar ditaduras – de esquerda ou direita – de ditaduras, dentre muitos outros debates sem a mínima legitimidade, é que caminhamos de costas ao abismo. Poderá ser objetado que todos estes exemplos podem não se enquadrar na noção

wittgensteiniana de certeza, mas os concebemos como exemplos de uma noção *extrapolada* de certeza objetiva. Em todos os exemplos acima, não é possível conceber espaço para o diálogo porque não existem dúvidas razoáveis, não há como se adotar uma atitude cética nestas situações porque, em sendo o cético um filósofo que nutre a verdadeira disposição de entrar num debate com a disposição de convencer, dar-se por convencido ou reconhecer não ser possível alcançar um conhecimento seguro naquele momento, isso implicaria, em último caso, admitir colocar em suspensão opiniões sobre coisas fundamentais – como, por exemplo, que a Terra tem formato geoide –, e se fosse isso possível, não seriam noções fundamentais (WITTGENSTEIN, 1969, § 512, p. 145).

Chegamos aqui, portanto, no ponto central do nosso argumento: diante de certezas que são fundamentais à estruturação da nossa imagem de mundo e contra as quais não há como se estabelecer dúvidas razoáveis, inexistente espaço para desacordos epistêmicos legítimos. Por outro lado, dos debates em que estejam em conflitos crenças providas de fundamentadas justificativas e que guardam alguma correspondência com os fenômenos que se manifestam na realidade, uma postura cética nos fornece boas ferramentas metodológicas para o bem pensar, visto que fundada numa perspectiva de dialeticidade.

Desacordos legítimos existem e surgem em grande número. Eles ocorrem quando temos “as mesmas informações relevantes, evidências, tempo, credibilidade intelectual, conhecimento prévio e circunstâncias de investigação” (SILVA FILHO, 2020, p. 9, no prelo) sobre determinado fenômeno. A noção trinomial de conhecimento como crença, verdadeira e justificada pode produzir certa ilusão de que sempre que conhecemos alcançamos a verdade última sobre aquilo que é o caso. Não há como negar que em diversos fatos de nossas vidas os juízos veritativos tenham perfeito cabimento. Se olho pela janela e digo que está chovendo, mas de fato não está, simplesmente o que foi afirmado não é o caso; não é verdadeiro. Este é o campo das frases de observação de que nos fala Quine. Quando observadores bem posicionados estão sujeitos a estímulos presentes – de ocasião – e há uma constância de significado proporcionada por tais estímulos, tem-se uma concordância firme da parte destes observadores bem posicionados sobre o sentido de certa fala, de maneira que se estabelece quase que uma imunidade ao erro (QUINE, 2020, p. 71). Se a dois sujeitos, com boa visão e habituados com os nomes de animais, é apresentado um coelho, não se espera que um deles chame aquele animal de gato, por exemplo. É plenamente possível julgar sobre a verdade ou falsidade destas falas.

Há muitas outras asserções que fazemos sobre o que ocorre no mundo que simplesmente não se resolvem quando a crença formada é verdadeira e justificada, conforme vimos acima. No conflito entre teorias científicas, por exemplo, se adotarmos uma perspectiva falsificacionista, o que está em jogo é uma verdade provisória – ou uma conjectura sobre a realidade – que resiste a outra verdade que busca se estabelecer também provisoriamente. Essa fluidez e provisoriedade da verdade sobre certos fenômenos pode muito bem ser observada na noção de verdade de Peirce, que concebia o verdadeiro enquanto método científico, como uma “teoria ideal da qual nos aproximamos como a um limite quando os (supostos) cânones do método científico são usados incessantemente enquanto a experiência prossegue” (QUINE, 2020, p. 47). Quer dizer, nessa noção pragmática de Peirce, a verdade não é algo que se materializa e se apresenta da mesma forma para todo o sempre. Essa fluidez na identificação do que é verdadeiro ou falso também está presente em questões sociológicas, políticas, econômicas, por exemplo, para as quais os juízos veritativos das asserções envolvidas não se apresentam do mesmo modo do julgamento da fase de ocasião “está chovendo agora” – o que não quer dizer que crenças verdadeiras não sejam formadas em tais campos do saber, é bom que se frise.

Num debate epistêmico legítimo, a dialética guiada pelo rigor metodológico cético se revela uma excelente ferramenta para o avanço das ideias. Silva Filho (2020, no prelo) e Fogelin (1994) nos mostram que o ceticismo, ao invés de se constituir como uma corrente filosófica para qual há de se dar respostas definitivas, é antes um método marcado pelo rigor e pelo propósito dialético que promovem no indivíduo uma atitude crítica sobre as especulações filosóficas.

Fogelin (1994, p. 156) pontua que as teorias filosóficas da justificação do conhecimento têm como um grande desafio não conceder “vantagens dialéticas injustificadas”; devem “evitar se envolver em um mau regresso ao infinito, em uma má circularidade e em um mau recurso à suposição injustificada”. Entendemos que esses objetivos não estão apenas circunscritos às teorias da justificação do conhecimento, mas também servem de método para todo o enfrentamento legítimo de ideias, e como diz o próprio Fogelin, o problema de Agripa – cujos modos que levam à suspensão da crença são as maiores referências do ceticismo – lança o desafio de se evitar o mau regresso, a má circularidade e a suposição injustificada de *forma imparcial*.

Em que pese para o cético não ser um problema promover a suspensão do juízo, disso não resulta que há um mal não se apresentar uma resposta ao problema investigado. A dialética que orienta o rigor metodológico do ceticismo já carrega o grande mérito de permitir ao filósofo abandonar ideais importantes que acreditavam ser claras (DAVIDSON, 1994, p. 256), com a capacidade de se alcançar a *epokhé*, libertando-se da alienação dogmática (SILVA FILHO, 2020, p. 5, no prelo). E reconhecer a ausência de clareza das próprias ideias fundamentais já é uma tarefa em si hercúlea. Como nos diz Peirce, é melhor ter algumas poucas ideias claras do que muitas confusas. Contudo, ainda assim, o jovem, especialmente, não se convence a sacrificar a maior parte dos seus pensamentos para salvar o resto (1993, p. 5).

4. CONCLUSÃO

É possível, portanto, conceber debates que são legítimos, daqueles que agendam discussões sobre certezas contra as quais não é mais possível suscitar dúvidas razoáveis. Diante dessas certezas que são estruturantes de nossa imagem de mundo, fazer concessões ou abertura de espaço ao debate tende a nos conduzir a um abismo epistemológico. Por essa razão, concordando com Stroud (1984, p. 94), o ceticismo não é um modo de vida a se aplicar de maneira irrestrita; deve ser utilizado o rigor do método cético diante de desacordos para os quais concorram o conflito de crenças que estão fundadas em boas razões e que instrumentalizam provas (justificações) de correspondência com aquilo que ocorre na realidade. Para os debates que passam longe de serem legítimos, sejamos incisivos na defesa de nossas crenças; para todo o resto, sejamos céticos e dialéticos, sem receio de entrar em um debate repleto de dúvidas e dele sair sem respostas, tendo, ao menos – o que já é de grande valor – o êxito de ter aclarado algumas ideias confusas.

5. REFERÊNCIAS:

- CASSAM, Quassim. Epistemic insouciance. **Journal of Philosophical Research**. Coventry, janeiro, 2018. Disponível em: <http://wrap.warwick.ac.uk/97658/>. Acesso em 08/10/2020, 22:37h.
- DAVIDSON, D. (1994). **Dialectic and Dialogue**. In: Preyer, G. et al (eds.). *Language, Mind, and Epistemology*. Dordrecht: Kluwer, pp. 429-30
- FOGELIN, Robert J. (1994). **Agripa e o problema da justificação epistêmica**. In: *Reflexões Pirrônicas sobre o Conhecimento e a Justificação*. Trad. Israel V. Bôas, revisão Plínio J. Simith. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 155-166.
- FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Tradução Sofia Inêz Albornos Stein e Ramon Felipe Wagner. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, paginação irregular.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Tradução, Helena Martins. Revisão Técnica, Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GRECO, John. SOSA, Ernest. **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

QUINE, Willard Van Orman. **Palavra e objeto**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORENO, Arley Ramos. **Introdução a uma epistemologia do uso**. Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. spe2, p. 73-95, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792012000500006&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Apr. 2020

PEIRCE, Charles Sanders, **Como tornar as nossas ideias claras**. Tradução de António Carreto Fidalgo. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1993.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto - Crátilo. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973. 194p. (Coleção Amazônia. Série Farias Brito, 9). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/101>. Acesso em: 21/04/2020, 07:15

SILVA FILHO, Waldomiro J. (2020). **Ainda é preciso ser neopirrônico**. No prelo. Artigo a ser publicado na revista Discurso, Vol. 50, n. 2, 2020.

SOSA, Ernest. **Conhecimento Reflexivo**: Crença Apta e Conhecimento Reflexivo, vol II. Tradução Cecília C. Bartalotti. São Paulo : Edições Loyola, 2013.

STROUD, Barry (1984). **O ceticismo e a possibilidade do conhecimento**. In: Sképsis, Vol. 5, n. 8, 2012, pp. 94-103 (<https://philosophicalskepticism.org/skepsis/revista-skepsis-volume-5-numero-8/>).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Da certeza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

RESPONSABILIDAD CIVIL POR ABANDONO AFECTIVO: CONCEPCIONES DEL TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA

Yarley Emanuel da Silva

Tecnólogo en Servicios Judiciales, UNIFACS, e-mail: yarleyemmanuel@gmail.com

1. INTRODUCCIÓN

La responsabilidad civil es, a su vez, la obligación de un individuo de reparar un daño determinado causado a otro, de modo que la acción tomada pueda conducir a una reducción del beneficio legal de la víctima. La reparación, entendida como un proceso de indemnización -material o inmaterial- que se produzca con posterioridad a la retirada de los bienes antes mencionados, solo podrá solicitarse cuando exista, categóricamente, la existencia de daño.

De manera general, la Responsabilidad Civil engloba una serie de factores que distinguen y / o delimitan el análisis de un caso, además de orientar sus posibles y pertinentes formas que apuntan a una efectiva resolución. En este sentido, dejando las consideraciones globales, existe la Responsabilidad Civil por Abandono Afectivo, la cual, además de la necesidad de acreditar un daño definido, siendo ocasionado directamente al (los) menor (s), carece de la presencia de un vínculo causal con relación directa. entre la conducta de los padres (independientemente de las variaciones entre activa u omisiva) y el daño.

El abandono afectivo es un tema de gran relevancia en la actualidad, por lo que su clasificación se basa fundamentalmente en una omisión en lo que respecta al cuidado, ya sea dirigido a la creación y la educación, pero también vinculado a aspectos más profundos y significativos como el compañerismo, la moral, la psicología y la sociedad. asistencia que los padres, representados por la figura del padre y la madre, deben ejercitar plenamente a sus hijos, especialmente cuando son niños y / o adolescentes. De esta forma, se buscó analizar los datos y las fuentes de teorización que permitan disolver y dialogar con la siguiente problemática de investigación: ¿Cuál es la opinión y / o consideración de las personas, residentes en Salvador - BA, sobre Responsabilidad Civil por Afectivos? El abandono, sus consecuencias y lagunas,

El objetivo general de la investigación es contemplar los enfoques teóricos sobre Responsabilidad Civil por Abandono Afectivo, tomando en cuenta las consideraciones de los entrevistados para identificar cómo ocurren en la práctica tales concepciones y acciones, es decir, identificar si existe una relación entre los conducta y pensamientos de las personas con los límites previstos por el STJ. Además, para lograr los objetivos específicos, es necesario realizar un relevamiento teórico sobre el tema, identificar el grupo de investigación y

recolección de datos, escrutar la posición del STJ en relación al tema abordado y, finalmente, hacer conexiones relevantes con los datos. recogido.

Algunas actitudes y / o comportamientos del ser humano difieren de lo que establece la ley, es decir, en una sociedad donde existen mecanismos estatales que tienen coercitividad y sanción, aún se nota que, en algunos casos, la percepción de algunos individuos sobre un tema referido aún se encuentra distorsionado y que, en ocasiones, puede dar lugar a una acción contraria a lo previsto en los medios legales. El tema del Abandono Afectivo es uno de los puntos donde aún existen divergencias entre algunos grupos de la población, ya sea en estado de vulnerabilidad o no, lo que también proyecta impases en materia de Responsabilidad Civil y, posteriormente, indemnizaciones. En este contexto, la propuesta de trabajo científico tiene como objetivo presentar, además de conceptos, definiciones y herramientas que dialogan sobre el tema, como individuos, fuera del ámbito jurídico,

2. METODOLOGÍA

Según Gil (2008), la investigación se configura como un conjunto de actividades encaminadas a descubrir nuevos conocimientos en el ámbito científico, literario, artístico, etc. En el caso de la investigación científica, se observa que es un procedimiento sistemático, utilizando herramientas para la recolección de datos, metodologías que tienen como objetivo mejorar aún más el tema en discusión.

Así, la investigación cualitativa es una técnica que favorece la comprensión de forma exploratoria (y de carácter), ya que su dirección está vinculada a las cuestiones subjetivas del objeto de estudio, mostrando y comprendiendo las formas de interacciones, peculiaridades y otras ramificaciones. En este método, trabajando con un enfoque cualitativo, las formas de impugnación no suelen ser objetivas ni estadísticas (GIL, 2008).

Como se mencionó anteriormente, debido a la creación de un guión y la realización de entrevistas individuales, se utilizará un enfoque cualitativo para examinar los datos recolectados, además de crear relaciones con algunas fuentes bibliográficas utilizadas en la exploración. En este sentido, al tratarse de un trabajo que tiene un contenido investigativo, porque la base de la investigación es un problema, existe el tipo de razonamiento hipotético-deductivo para que a partir de una hipótesis se pueda llegar a una base viable de solución del problema según al Tribunal Superior de Justicia.

Thiollent (1986) enfatiza que la investigación básica consiste en la producción de trabajos teóricos o experimentales, cuyo propósito principal es la adquisición de nuevos conocimientos sobre los fundamentos de los fenómenos y hechos observables, sin ningún propósito particular de aplicación o uso. Por ello, debido al uso de este material con fines didáctico-académicos, utilizaremos el carácter de investigación básica.

En cuanto a la clasificación de la investigación, Thiollent (1986) describe la investigación exploratoria como un procedimiento que tiene como objetivo buscar y / o explorar un problema, con el fin de brindar información para una investigación más precisa.

La elaboración de esta investigación estuvo dirigida a lograr el objetivo de la investigación de manera más eficiente. Así, para una mejor exploración y diálogo de esta investigación, se observó que se clasifica como Investigación exploratoria debido a que el uso de fuentes bibliográficas, entre otras, favorece las formas de descripción de todo el proceso / fenómeno.

Como instrumento para la recolección de datos, se utilizó la búsqueda en sitios institucionales, blogs, sitios web, entre otros que ayudarían y abordarían el tema con mayor consistencia, con el fin de obtener una mejor apreciación del contenido presentado en el trabajo, ya que es ideal para tratar con información subjetiva más compleja. Los datos se recopilaron en registros simplificados y estandarizados para una recapitulación de los datos.

3. RESULTADOS Y DISCUSIONES

El concepto e idealización de un modelo de familia, que tiene como objetivo contemplar sus prácticas y ramificaciones, sufrió, a su vez, una serie de cambios y / o ajustes hermenéuticos que posteriormente proporcionaron una estructura y adecuación en la semántica textual, proyectando una mirada dinámica, consistente y coherente con las preocupaciones de hoy.

En este sentido, es oportuno escudriñar el mencionado proceso evolutivo, en el contexto familiar, que, según Carvalho (2013), se desprende de un modelo estigmatizado con la presencia de un padre y una madre y comienza a adquirir un nuevo disfraz. que engloba la formación, por parejas del mismo sexo y, además, donde solo hay presencia de uno de los padres y así sucesivamente. Desde esta perspectiva, también es válido comprender la importancia y consecuencias del tema que nos ocupa, que disuelve las afirmaciones anteriores sobre la reestructuración de la composición familiar y sus obligaciones; evidenciando como a responsabilidade civil por abandono afetivo replete, mesmo que em segundo plano, as

mudanças terminológicas ocurridas anteriormente do “pátrio poder” para “poder familiar”, de maneira que mesmo sendo dialogada pelo Código Civil de 1916 e pela Constituição Federal de 1988, qué, derechos y deberes atribuidos directamente a los padres, respecto de la persona y del patrimonio de los hijos menores de 18 años.

Sin embargo, Prado (2012) reitera que el mencionado cambio provocado en el Código Civil de 2002 pasó a ser, categóricamente, mejor representado constitucionalmente, por lo que la expresión "poder familiar" transpone una concepción más sólida de que corresponde al padre y a la madre crear y la educación de sus respectivos hijos, por lo que estas acciones deben realizarse en igualdad de condiciones.

Uno de los aspectos actuales y muy presentes en la sociedad contemporánea, discutido en doctrinas y jurisprudencia del Tribunal Supremo Federal (STF) y del Tribunal Supremo de Justicia (STJ), está relacionado con el abandono emocional. Este tema está relacionado con algunas legislaciones, tales como: La Ley Mayor (Constitución Federal de 1988) y el Estatuto del Niño (Ley n ° 8.069 / 1990).

En particular, las disposiciones del CF / 88 que presentan las normas relativas al derecho de familia son del art. 227, que establece los deberes legales para con los padres de cuidar a sus hijos y proporcionar toda la asistencia necesaria para tal fin. Además, para preservarlos de cualquier tipo de negligencia, violencia, discriminación y otros problemas relacionados que eventualmente puedan causar algún tipo de shock físico y mental a los niños.

En resumen, es de suma importancia resaltar que ningún ser humano, en su condición de "padre", tiene la obligación de amar a su hijo, sin embargo, debe presentar todos los aparatos necesarios para promover la asistencia y protección a su descendiente, desde para que dicha conducta y / u obligación sea sustentada y afirmada en la legislación antes mencionada, donde se insertó la palabra "progenitor" en la presente narrativa, con la condición de resaltar que existen diferencias significativas entre progenitor y Padre. además de cuidando y asignando todos los elementos de asistencia, ellos también aman a sus hijos. Incluso este asunto de padre y madre tiene cierta divergencia en la Jurisprudencia del STJ y STF, pero por lo que se aborda en este estudio, no es relevante profundizar en este aspecto,CAVALIERI FILHO, 2012).

Para los estudios relacionados con el abandono emocional, es fundamental abordar la responsabilidad civil, que en definitiva es precisamente uno de los medios procesales legales que los padres pueden sufrir ante el tribunal si realizan alguna conducta que evidentemente se produzca en el abandono afectivo.

La responsabilidad civil por abandono emocional es un tema muy delicado. A primera vista, puede parecer extraño imaginar la posibilidad de compensar económicamente el hecho de que un padre o una madre hayan abandonado emocionalmente a su hijo a lo largo de su vida. Así, este artículo académico tiene como objetivo presentar discusiones sobre el abandono emocional como efecto de la responsabilidad civil de los padres sobre sus hijos.

La investigación científica que aquí se propone para el análisis de la responsabilidad civil por abandono emocional se basa en la premisa de proteger la dignidad y el sano desarrollo de la descendencia incapaz, es decir, seres totalmente dependientes de sus padres, quienes acaban siendo víctimas del daño causado por conducta culpable de sus padres quienes en ciertos casos se descuidan y / o se omiten de la vida familiar y otros deberes inherentes a la condición de padre (PRADO, 2012, p. 199).

El abandono afectivo se configura de varias formas, por ejemplo, puede configurarse por el rechazo injustificado del deber de convivencia. Ocurre en situaciones en las que el padre o la madre no tiene el deseo de estar en compañía de su descendencia y termina alejándose del niño, rechazándolo y tratándolo con indiferencia, como si el niño fuera un desconocido. También se caracteriza por la omisión de la asistencia con respecto a la formación moral e intelectual del niño incapacitado. Se traduce en el desinterés de los padres por las necesidades biopsíquicas de sus hijos, por ende, en el descuido de su descendencia (PRADO, 2012, p. 140).

Para entender cómo ha sido tratado el tema por la jurisprudencia, es necesario un análisis del famoso caso protagonista Alexandre, que es el primer caso de abandono emocional de un padre en relación con su hijo que llegó al STJ. En este caso, el autor alega que a partir de los 6 (seis) años, cuando sus padres se divorciaron, su vida cambió, ya que desde entonces solo ha recibido frialdad por parte de su padre. Como resultado, Alexandre entabló una acción de responsabilidad civil contra su padre, alegando que las lesiones sufridas por el abandono de su padre serían indemnizadas.

En ese momento (mediados de 2005), el ex Juzgado Civil de Minas Gerais condenó al padre a indemnizarlo, sin embargo el padre presentó ante (REsp 757.411 / MG, Juez Reporte Fernando Gonçalves), y el STJ siguió el entendimiento en el sentido de que La indemnización por abandono emocional no sería posible, ya que, según la Corte, la única consecuencia del abandono emocional sería la pérdida del poder familiar.

RESPONSABILIDAD CIVIL. ABANDONO MORAL. REPARAR. DAÑOS MORALES. IMPOSIBILIDAD. 1. La indemnización por daño moral presupone la práctica de un acto ilícito, no dando lugar a la aplicabilidad de la norma del art. 159 del Código Civil de 1916 Abandono afectivo, incapaz de reparación pecuniaria. (REsp 757.411 / MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES)

[...] seguramente una disputa entre las partes reduciría drásticamente la esperanza del niño de ser acogido, aunque sea con retraso, por el amor paternal. El otorgamiento de la solicitud aún no cumpliría el objetivo de compensación económica, ya que el apoyo en este sentido ya se brinda con la pensión alimenticia, ni alcanzaría siquiera un efecto punitivo y disuasorio, como ya se obtiene con otros medios previstos en legislación civil [...] (REsp 757.411 / MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES)

Como está más allá de la discreción del Poder Judicial obligar a alguien a amar, o mantener una relación afectiva, no se lograría ningún propósito positivo con la indemnización reclamada. (REsp 757.411 / MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES)

Giselda Hironaka (carta al STJ) - informó que fue uno de los días más tristes de su vida como civilista, dada la decisión del STJ. El autor argumentó que los ministros, que recibieron el amor de sus padres, nunca serían capaces de comprender el dolor que atravesó Alexander. Hironaka, al final, cuestiona si en este momento la Corte entiende que el castigo por abandono emocional es la pérdida del Poder Familiar, si de hecho sería una sanción o un premio.

En 2012, el mismo STJ, con una nueva composición, atenta a un derecho de familia más humano, cambió su forma de pensar sobre el problema, aceptando la tesis de la compensación por abandono emocional. En este juicio, la noble ministra Nancy Andrichi comienza brillantemente:

[...]. en la hipótesis no se discute amar - que es una facultad - sino la imposición biológica y constitucional del cuidado, que es un deber legal, corolario de la libertad de las personas para tener o adoptar hijos. (Información STJ 496, REsp 1.1.59.242/SP).

Actualmente, en sentencias más recientes del STJ, es claro que se acepta la tesis de la responsabilidad civil por abandono emocional, sin embargo, se requiere una demostración exhaustiva de la ley de responsabilidad extracontractual (REsp 1493125 / REsp 1557978).

Es de destacar que el mismo STJ ha entendido que previo al reconocimiento de la paternidad, no existe responsabilidad por abandono emocional. Esto significa que para presentar una reclamación por daños y perjuicios por abandono emocional, debe haber reconocimiento previo de paternidad.

Cabe señalar que el padre que se alejó de su hijo o hijos debe ser consciente de su paternidad. Por lo tanto, es poco probable responsabilizar civilmente a alguien por la inexistencia o ruptura de una relación padre-hijo si la persona no conocía la condición de los padres (HIRONAKA, nd, p. 03)

Es de suma importancia resaltar que para comprender de manera amplia y profunda sobre el abandono emocional es fundamental comprender el principio de afectividad y también sobre la solidaridad, además de la protección que está inscrita en el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia y finalmente, en daños morales resultantes del abandono emocional. Ahora, como ya se mencionó, todos los aspectos en torno a las características del abandono afectivo, serán discutidos en esta secuencia presentada un poco de cada conocimiento para que sea

posible, de hecho, comprender la mayoría de los elementos que involucran el tema aquí presentado.

En cuanto al principio de afectividad, Gagliano (2017) informa que es importante resaltar que fue una construcción adquirida a lo largo de los años en el ordenamiento jurídico de manera paulatina, y solo se hizo realmente efectiva cuando el CF / 88 comenzó a Inscribir dicha garantía junto con el Código Civil de 2002 donde la familia también pasó de lo tradicional a lo contemporáneo. En CC / 16 ni siquiera existía la presencia de una familia contemporánea, por lo que se preveía una familia tradicional y patriarcal, excluyendo incluso una afectividad más eficaz y precisa. Es evidente que la base para la convivencia con el bienestar es el afecto, como incluso lo señala y defiende Maria Berenice Dias, por lo que el afecto se ve como un principio rector que están presentes en las familias modernas, cuando no hay presencia en la creación de sus hijos, enseguida se ve que ya existe un cierto abandono emocional, indirecto o incluso directo. Otro principio muy importante y muy relacionado con el afecto es la solidaridad, que en definitiva afirma que cada uno se debe al otro, según el pensamiento de la gran María Berenice Dias. Entonces, como se destaca, se nota que también es un principio visto como fundamento, y si no está presente en la vida cotidiana de la familia contemporánea, se puede decir que existe un cierto abandono emocional en la crianza de sus hijos (a).

A lo largo de los años y la evolución del Sistema Jurídico Brasileño, más precisamente, con el advenimiento del CF / 88 en su artículo 227, se logró luego estandarizar la creación de una protección jurídica con la Ley de Protección a la Niñez y Adolescencia, (ECA), donde los menores de 18 años pasaron a ser vistos a la luz de la ley como sujetos de derecho, entonces comenzaron a tener garantizados sus derechos fundamentales de una manera más normativa. El principio en foco tiene su sustento y disposiciones legales en las disposiciones 4 y 6 del ECA, asegurando con cierta prioridad el interés superior de la niñez y la adolescencia y garantizando todos los derechos inherentes al mismo. Además de CF / 88, otra disposición legal en esta misma línea de razonamiento y el Código Civil de 2002,

Otro punto que también debe destacarse es el del daño moral. Creo que en estos registros escritos, se evidencia entonces que el abandono emocional, además de la responsabilidad civil, también puede causar daño moral, parafraseando la bella doctrina de Pablo Pablo Stolze Gagliano y Rodolfo Pamplona Filho, establecen que la indemnización resultante de la moral daños, el dinero pagado a la víctima no está destinado a realizar una función de equivalencia, sino una función satisfactoria. Evidentemente, el dinero no paga por

el sufrimiento que sobreviene, sino para satisfacer el daño causado. En la misma línea de los autores, el gran Rui Stoco informó que el dinero debe representar para la víctima una cierta satisfacción, igualmente moral, es decir, psicológica, que sea capaz de neutralizar o "anestesiarse" el sufrimiento que se ha alcanzado en alguna parte. ,

En resumen, la finalidad del daño moral resultante de un abandono emocional, entonces presenta dos aspectos, el primero tiene carácter de satisfacer a la víctima y resarcirlo por el daño sufrido y el segundo tiene un aspecto más de sancionar al autor del delito.

4. CONCLUSIÓN

En definitiva, se observa que la Corte Superior de Justicia busca nuevas formas de análisis, protección y justicia para los casos de abandono y cuestiones relacionadas con la responsabilidad civil. De esta manera, surgen nuevas concepciones doctrinales y jurisprudenciales sobre el tema que orientan los caminos para expandir el afecto a los principios básicos del derecho de familia, reconociendo, sin un primer plan, el abandono emocional como una conducta que está sujeta a indemnización, estando a cargo de la justicia. a la calificación y cuantificación del daño moral.

Así, este material promovió también una reflexión sobre los derechos del individuo en el contexto actual, donde es necesario racionalizar los modelos punitivos de responsabilidad civil en estas situaciones debe servir de ejemplo para que esta práctica sea abolida de la sociedad, a fin de prevenir casos de negligencia afectiva con hijos o padres ancianos, especialmente en momentos atípicos como en situaciones de aislamiento pandémico promovidas por COVID 19.

5. REFERENCIAS

HIJO CAVALIERI, Sergio. Programa de Responsabilidad Civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Grace Regina. Abandono afectivo: Indemnización por daño moral. Florianópolis: Emporium of Law, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Derecho Civil: Derecho de Familia. v. 6. 4ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2012.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Rodrigues Gomes; LOPES, Sarila Hali Kloster. El Deber de brindar afecto en la afiliación como consecuencia de la tutela legal de la afectividad, 2016.

GAGLIANO Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de derecho civil. v. único. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Cómo diseñar proyectos de investigación. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Supuestos, elementos y límites del deber de indemnizar por abandono emocional. Disponible en: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/288/Pressuposto%2C+elements+and+limits+of+the+duty+of+indemnify+for+abandonment+affective.>> Acceso: 01 Jul. 2020

MEADOW, Camila Affonso. Responsabilidad civil de los padres por el abandono emocional de los hijos menores. 238f. Tesis (Maestría en Derecho) - Universidad de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponible en: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06062013-135843/publico/PRADO_Camila_Affonso_Responsibility_civil_dos_pais_pelo_abandono_Versao_completa.pdf> Accedido en: 1 de julio 2020

THIOLLENT, Michel. Metodología de la investigación - acción. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

**WORKSHOP LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÕES
DIGITAIS E CONTEMPORANEIDADE - IIWLA2021**

**ÁREA TEMÁTICA - TECNOLOGIAS EM SAÚDE: GESTÃO EM
SERVIÇOS, ÉTICA E BIOÉTICA**

ALTERAÇÕES OSTEOMIOARTICULARES NOS MEMBROS SUPERIORES RELACIONADAS AO USO EXCESSIVO DE SMARTPHONE

Micaeli Ramos Pereira

Graduanda em Fisioterapia, Faculdade Santo Antônio (FSAA), kaeliramos@hotmail.com

Resumo: O uso de tecnologias de informação e comunicação como smartphones e tablets tem aumentado todos os anos na população em geral. Estas tecnologias já estão intrínsecas no dia-a-dia de muitas pessoas. Assim, junto ao avanço tecnológico, o uso do celular tem aumentado significativamente no decorrer das últimas décadas e este uso excessivo requer trabalho muscular do usuário, nas mãos, braços, punhos e ombros, além da musculatura associada ao controle postural e estabilizadores vertebrais, que participam dos movimentos relacionados ao uso do celular, como também da manutenção de todas as posições articulares para executar tais movimentos. Embora o uso de smartphones esteja associado a fatores geradores de doenças musculoesqueléticas, ainda existem poucos estudos sobre os efeitos do seu uso. Torna-se notável a necessidade de analisar e discutir a diversidade de disfunções osteomusculares ocasionadas pelo uso excessivo do aparelho celular em alguns dos segmentos corporais altamente afetados por esta inadequação: os membros superiores. Este estudo objetiva apresentar as alterações osteomusculares nos membros superiores detectadas em usuários de smartphones. O presente estudo tratou-se de uma revisão bibliográfica utilizando-se de livros e artigos científicos, em língua portuguesa, que abordavam a relação do uso de smartphone às disfunções e sintomas musculoesquelético e articulares. A cinesioterapia objetiva otimizar a atividade mecânica gerada pelos músculos e proporcionar analgesia, recuperação da expansibilidade tecidual, força, resistência à fadiga e restabelecimento dos padrões gestuais fisiológicos, através da inibição dos fatores irritantes e limitadores. As orientações posturais trazem efeitos positivos a curto e médio prazo. A fisioterapia adentra estes aspectos como método muito viável e eficaz para prevenção e tratamento das disfunções decorrentes dos hábitos posturais incorretos. Através deste estudo, descreveu-se as consequências osteomioarticulares que o uso abusivo do smartphone pode ocasionar ao usuário, apresentando a eficácia que é possível alcançar no tratamento das disfunções decorrentes deste uso excessivo através dos recursos fisioterapêuticos e das orientações posturais relacionadas ao uso do aparelho celular.

Palavras chave: Fisioterapia. Smartphone. Alteração postural.

1. INTRODUÇÃO

Como trazem Souza e Miranda (2018), com surgimento da Terceira Revolução Industrial ocorrida na década de 70, a tecnologia progrediu com êxito em diversos âmbitos a ponto deste período receber também a terminologia de Revolução tecno-científica-informacional. A partir daí a tecnologia passou a se inserir gradativamente no cotidiano da população, que não tinha contato com aparelhos tecnológicos tão inovadores, que chegaram a transformar completamente seu modo de vida, proporcionando maior praticidade em executar funções essenciais, e, por conseguinte, ampliando as conexões comunicativas de maneira extraordinária.

O uso de tecnologias de informação e comunicação como smartphones e tablets tem aumentado todos os anos na população em geral, tornando-se intrínsecas no dia-a-dia de muitas

peessoas (BOZZA, 2016). O smartphone é definido como um telefone inteligente, tratando-se de um equipamento que possui um sistema operativo, contribuindo dessa forma para executar funções mais complexas, comparado a um telemóvel simples. O aparelho permite conversar com outras pessoas, enviar e receber mensagens, escrever documentos, pesquisar na internet, jogar, tirar fotos, enviar e receber e-mails, entre outras tarefas.

Segundo dados do IBGE, em 2019, a Internet era utilizada em 82,7% dos domicílios brasileiros, principalmente nas áreas urbanas das Grandes Regiões do país. O celular é o equipamento mais utilizado para acessar a internet pelos brasileiros, A porcentagem de usuários de 10 anos ou mais de idade que acessam à Internet por meio de celular e de televisão aumentou de 2018 para 2019, ao passo em que houve uma queda no acesso à Internet por meio de microcomputador ou tablet. (IBGE, 2019)

Hoje em dia é muito frequente a utilização dos smartphones por adolescentes, sendo usados por períodos maiores de tempo e com maior frequência que os computadores, por serem equipamentos pequenos, acessíveis e facilmente transportáveis. Souza e Miranda (2019) relatam que é a grande influência do uso dos smartphones no estado físico ou psíquico e no comportamento de seus usuários, principalmente crianças e adolescentes, geralmente sem regar e refletir sobre os efeitos posteriores que terão.

Guterres, J.L. et al. (2017), relatam que com a popularização dos dispositivos móveis aumentaram as queixas associadas a dores corporais, e associam o uso excessivo destes dispositivos como causa de diversas patologias. Os primeiros sintomas de desconforto especial ocorrem na região do pescoço, ombros, costas, mãos, punhos e olhos. A vista cansada está presente quando há dificuldade de enxergar, visão embaçada, dor de cabeça e olhos pesados.

Panato (2017) informa que apesar do uso do smartphone associar-se a fatores geradores de doenças musculoesqueléticas, ainda existem poucos estudos sobre os efeitos do seu uso. Estas possíveis alterações causadas pelo uso excessivo do celular, podem ser evitadas quando o dispositivo é utilizado com autocontrole, e com a adoção de uma postura correta. O uso do smartphone pode gerar distúrbios musculoesqueléticos causados por posturas estáticas adotadas pelo usuário por tempo prolongado. Identificando os sintomas e pontos de tensão muscular associados ao uso do smartphone, a fisioterapia pode intervir na prevenção destes distúrbios.

Com o avanço da globalização junto a contínua inovação eletrônica o aparelho celular vem ganhando espaço na vida da maioria da população, como item indispensável não só para

o vínculo comunicativo, mas também como método de distração ao usuário. Assim, junto ao avanço tecnológico, o uso do celular tem aumentado significativamente no decorrer das últimas décadas.

Utilizado não só com finalidade pessoal, o aparelho celular também pode ser usado profissionalmente, como ferramenta de trabalho para o usuário. Contudo, este uso excessivo requer trabalho muscular do usuário, nas mãos, braços, punhos e ombros, além da musculatura associada ao controle postural e estabilizadores vertebrais, que participam dos movimentos relacionados ao uso do celular, como também da manutenção de todas as posições articulares para executar tais movimentos. Todo este trabalho fisiológico pode ocasionar diversos problemas para a saúde física do indivíduo, desde o sistema muscular até o sistema visual.

É notável a necessidade de analisar e discutir a diversidade de disfunções osteomusculares ocasionadas pelo uso excessivo do aparelho celular em alguns dos segmentos corporais altamente afetados por esta inadequação: os membros superiores. Estes, são usualmente empregados na mecânica motora do uso do aparelho e, quando manuseado de forma excessiva, o celular torna-se, conseqüentemente, elemento associado às disfunções osteomusculares que podem decorrer deste manuseio exagerado. Desta maneira torna-se indispensável questionar: Quais alterações osteomusculares nos membros superiores podem ser acarretadas ao usuário pelo uso excessivo do aparelho celular? Este estudo tem como objetivo apresentar estas alterações detectadas em usuários de smartphones.

Segundo Bueno e Lucena (2016), a maneira como a tecnologia se comportava e era vista no mundo mudou intensamente após a segunda Guerra Mundial, com alterações sociais, porém nenhuma com desenvolvimento tão rápido e com mudanças tão efetivas nas vidas dos indivíduos. O domínio da ciência era considerado como garantia de soberania sobre os povos e nações deste os tempos mais antigos, assim, era fundamental estar à frente sempre em relação às modificações acontecidas. Já no final do século XIX, surgiram os conceitos destas mudanças, pelos feitos e descobertas na ciência, na tecnologia e inovação, que revolucionaram o comportamento humano em relação a si mesmo, ao outro e ao ambiente em que vive.

Lima, Santos e Pinheiro (2018) refletem no avanço das tecnologias analisando que as realizações de tarefas básicas a grandes feitos sociais na atualidade exigem das tecnologias e técnicas, tornando-as indispensáveis para um desenvolvimento geral dos processos biológicos, sociais e científicos, mediado pela presença de dispositivos e ferramentas facilitadoras.

Cerca de uma década atrás, a grande preocupação da saúde no que diz respeito ao uso do celular era o câncer, tais como tumores cerebrais ou neuroma acústico. Atualmente, os padrões de exposição mudaram muito e as pesquisas ainda não apresentam resultados tão conclusivos. A presença dos celulares nas mãos e bolsos retiraram a suspeita e o medo da proximidade do aparelho da cabeça e do cérebro. Hoje, os smartphones não são utilizados apenas para falar e ouvir, mas sim, com uma interação mais intuitiva através do touchscreen (KAKIHARA; SORENSEN, 2002 Apud. NAGAROTO, 2019).

Os usuários de smartphone são capazes de comunicar-se não apenas pela voz, mas por uma infinidade de outros recursos, como SMS (serviço de mensagens curtas), Whatsapp, Viber, Line, BBM (BlackBerry Messenger) e aplicações de redes sociais como Facebook, Twitter e Skype. A popularização dos celulares inteligentes, os smartphones, tem sido considerada por muitos a revolução tecnológica de maior impacto nos últimos tempos após a revolução causada pela Internet e pelas redes sociais online (SHARMA et al., 2014 Apud. BUENO e LUCENA, 2016).

O uso excessivo de smartphones é diretamente associado ao sedentarismo e à diminuição da atividade física, levando a consequências respiratórias e metabólicas. Silva e Deus (2017) referem-se ao sedentarismo como um comportamento diário qualificado pela quantidade de tempo destinado a atividades que não aumentam significativamente o gasto energético em relação aos níveis de repouso ou atividades com baixo consumo energético.

O comportamento sedentário pode ser definido como atividades que não aumentam com efetividade o gasto energético em hábitos como assistir televisão, utilizar computador (notebook, tablet, smartphone, etc.), ou o tempo que se passa sentado no trabalho ou durante o transporte de carro ou ônibus. (TORRES, 2015). Também pode ser entendido como uma classe de comportamentos que pode coexistir e também competir com a atividade física.

Problemas de saúde quanto ao uso excessivo dos smartphones estão associados ao uso viciante, impacto psicológico, questões psicológicas, questões de segurança e sintomas musculoesqueléticos. A influência do uso do smartphone tem sido associado há quadros de ansiedade e outras síndromes relacionados aos comportamentos psicossociais, principalmente em indivíduos que utilizam precocemente esse tipo de dispositivo no dia-a-dia e durante um longo período de tempo, inclusive, em períodos de descanso. Em estudo realizado por Fossum et al. (2014) apresentado no estudo de Nagaroto (2019), discute-se sobre os problemas da utilização do smartphone na hora de dormir, onde, na maioria dos indivíduos apresentou

sintomas de insônia, sonolência durante o dia, entre outros sintomas relacionados a uma noite de descanso ruim, atrasando ou diminuindo as horas de descanso absoluto dos usuários.

Embora seja o principal responsável pelo desenvolvimento das novas tecnologias, o ser humano também sofre consequências da sua má utilização, nos aspectos biológico e social e mesmo que o uso do smartphone torne a vida em sociedade mais prática e mais conveniente, esse avanço tecnológico trouxe efeitos adversos nos domínios, relacionamentos interpessoais e saúde física (PATRÍCIO et Al., 2020). Bueno e Lucena (2016) identificam que o ato de digitar de forma excessiva, abusiva e indiscriminada no smartphone, influi diretamente na saúde dos indivíduos, levando os usuários a alterações psicológicas e sociais.

O uso frequente dos smartphones favorece uma postura inadequada que acarreta uma sobrecarga osteomioarticular, gerando desconforto nos segmentos de coluna cervical e membros superiores. Essas alterações são influenciadas por diversos fatores como hereditariedade, ambiente externo e posicionamento inadequado e prolongado (PASSOS e SANTOS, 2020).

De acordo com Marques (2015), por suportar todo nosso corpo, a coluna vertebral é a região mais afetada quando exposta a postura inadequada, acarretando alterações graves com possíveis deformidades e patologias futuras. Como estrutura que sustenta a carga axial aplicada ao nosso corpo, sobrecargas impostas sobre a coluna causam deformações que interferem no desempenho funcional deste segmento, bem como das estruturas associadas a ele.

Como reflete Nagaroto (2019), especialistas de outras áreas afirmam que o excesso do uso da tecnologia móvel, é responsável por sintomas relacionados a pele do pescoço e região da face, pois, segundo estes, a postura do pescoço em flexão adotada pelos usuários deste tipo de recurso rotineiramente, chamado de “text neck”, aumenta em cerca de 22 quilos o peso suportado por toda a estrutura anatômica do crânio e pescoço. Fator que pode aumentar ou acelerar o aparecimento de rugas na face, pescoço e colo precocemente, como características do envelhecimento precoce da pele.

A flexão da cervical na posição de sentado é mais acentuada do que na posição ortostática. O grau da flexão varia ainda com a tarefa realizada, sendo que enviar mensagens corresponde à função que implica maior flexão, seguida da navegação na internet e da visualização de vídeos (LEE, KANG e SHIN, 2014 Apud. COSTA, 2020).

A cabeça anteriorizada é uma alteração comum na avaliação fisioterapêutica, onde se identifica diminuição do ângulo crânio vertebral que está relacionado ao aumento da cifose

dorsal, dor cervical, diminuição da amplitude de mobilidade cervical e em alguns casos com patologias escapulares e lesão dorsal (RÍON et al., 2015 Apud. PANATO, 2017).

Kim e Kim (2015) Apud, Nagaroto (2019), relatam ainda, que a postura em flexão da cervical causa um aumento de força de compressão anterior no disco intervertebral de cerca de 10 kg, induzindo a uma força de tração posterior sobre o mesmo, ocasionando sintomas de déficits proprioceptivos da região e sintomas reflexos associados, principalmente nos membros superiores. A introdução da tecnologia móvel nos mais diferentes segmentos da sociedade atualmente, incide de maneira abrupta sobre o aumento de fatores de risco para o desenvolvimento de patologia relacionadas à cervical.

O equilíbrio da cabeça, coordenação do equilíbrio corporal e a realização de movimentos que direcionam a visão, são funções executadas pela coluna vertebral. Ela possui fisiologicamente grande amplitude de movimento articular. A realização de flexão constante da coluna cervical faz com que as vértebras e estruturas adjacentes fiquem sobrecarregadas, gerando lesões musculares e nervosas, hérnia de disco, artrite precoce, perda da capacidade e volume pulmonar, além da alteração postural (NOGUEIRA et al, 2015).

A anteriorização da cabeça, flexão da coluna cervical e a postura inclinada são alguns posicionamentos adotados no momento do uso do aparelho celular que provoca uma sobrecarga na musculatura do pescoço. Estes posicionamentos causam alterações esqueléticas, podendo desenvolver perda da lordose cervical derivando em uma retificação ou inversão da curvatura fisiológica, causando algias crônicas. (PASSOS e SANTOS, 2020).

As alterações musculoesqueléticas provocadas pelo uso excessivo dos smartphones, podem causar consequências e várias complicações como dor local intensa, cansaço excessivo, parestesia e redução da Amplitude de Movimento na região da coluna cervical e nos membros superiores. Serrano et al. (2018) Apud. Costa (2020) referem que atualmente os jovens gastam aproximadamente 6 horas e 47 minutos/dia na utilização de tecnologias. Desta maneira, conclui-se que boa parte do tempo disponível é investido no uso do celular. Associando este tempo em constante ativação muscular e com possível postura incorreta, há consequentes riscos de alterações osteomioarticulares.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma revisão bibliográfica realizada entre os meses de março e julho de 2021, utilizando-se de livros e artigos científicos, em língua portuguesa, que abordavam a relação do uso de smartphone às disfunções e sintomas musculoesquelético e articulares. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Lima e Miotto corroboram no conceito nesta técnica de pesquisa, informando que a pesquisa bibliográfica consiste num conjunto ordenado de procedimentos, buscando por soluções, atento ao objeto de estudo, impossibilitando-a de ser um método aleatório.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, BIREME e Google Acadêmico, onde foram utilizados os descritores “Celular”, “Fisioterapia”, “Smartphone” e “alteração postural”. Sendo incluídos artigos que apresentaram a identificação de alterações osteomioarticulares causadas pelo uso excessivo do aparelho celular, que apresentassem intervenção fisioterapêutica nestas disfunções e que foram publicados entre o período de 2010 a 2021. Foram descartados artigos com ano de publicação anterior ao ano de 2010, e que não assimilassem as alterações corporais ao uso do celular.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Bueno e Lucena (2016) dissertam que a combinação de movimentos repetitivos, má postura, e excesso de uso dos smartphones para enviar mensagens de texto ou jogar jogos, acessar as redes sociais sem pausas de descanso, pode causar lesões nos nervos, músculos, tendões, nas falanges (dedos), mãos, punhos, braços, cotovelos, ombros e pescoço, que podem levar a danos a longo prazo de forma progressiva e até mesmo irreversibilidade do problema. Gonçalves (2015) corrobora com esta afirmação, inferindo que o uso do smartphone pode se tornar rotineiro e, muitas vezes, abusivo, podendo causar lesões musculoesqueléticas importantes, como nas mãos e punhos

Além disto, o smartphone promove a execução repetitiva da contração dos membros superiores e a permanência por longos períodos em uma mesma posição, ocorrendo maior demanda nas estruturas musculares (PASSOS e SANTOS, 2020).

Conforme a análise de Costa (2020), a anteriorização da cabeça associada à postura de flexão mantida causa dores na cervical e ombros, podendo haver inclusive cefaleias associadas. Estes sintomas são decorrentes da perda da lordose fisiológica nesta postura, o que

causa stress e tensão excessiva nas estruturas musculoesqueléticas da cervical e dos ombros. A cervical, lombar e os ombros são locais de sintomas mais frequentes causados pelo uso excessivo de smartphones. Além de consequências nos polegares.

Panato (2017) relata que usuários frequentes de smartphone possuem o centro de gravidade deslocado, o que causa desequilíbrio postural e diminuição de controle motor. Cargas contínuas na postura estática com a cabeça mantida para baixo, podem causar o desenvolvimento de doenças músculo esqueléticas devido as vértebras cervicais estarem retificadas, podendo conduzir a uma síndrome de dor miofascial derivada da tensão e estresse excessivo nos músculos do pescoço e ombros

A carga estática, ao segurar o dispositivo com a mão por longos períodos, associada a posturas corporais inadequadas e ao uso excessivo dos músculos da mão, é fator contribuinte para o desenvolvimento da síndrome dolorosa miofascial de mão, antebraço e pescoço (SÁ et Al., 2018).

Batista, Borges e Wibelinger (2012) relatam que a síndrome da dor miofascial (SDM) é uma desordem regional neuromuscular que apresenta locais sensíveis nas bandas musculares tensas, causando dor em queimação ou em pontadas, diminuição da força muscular, limitação da amplitude de movimento e, em alguns casos, fadiga muscular, gerando dor referida em áreas distantes ou próximas. Os sintomas que podem ocorrer concomitantemente à região do ponto-gatilho (PG) são vasoconstrição, sudorese e pilo ereção. Desequilíbrio, tontura, zumbido e distorção do peso dos objetos são alguns dos distúrbios proprioceptivos que podem estar associados a SDM.

Segundo os mesmos autores, esta síndrome acomete músculo, tecido conectivo e fâscias, podendo ser decorrentes de acometimento por processos degenerativos, metabólicos, inflamatórios, infecciosos, neoplásicos, macro ou microtraumatismos de inúmeras estruturas, principalmente nas regiões cervical, cintura escapular e lombar.

Os problemas posturais podem trazer consequências graves. Ao digitar no celular é possível verificar tensão nos ombros e flexão da cabeça, dessa forma, os músculos da cabeça ficam contraídos para conseguir dar sustentação do peso necessário para se manter a posição, o que pode gerar dor e sensação de queimação na região de pescoço e ombros. O ponto muscular ativo está relacionado a irradiação de dor para diversos locais. (Kuk, Trauchinski e Veiga, 2019).

Costa (2020) relatam que quanto maior for o número de horas de utilização dos smartphones, mais afetada será a propriocepção, assim como a capacidade de reconhecer a postura correta. Segundo Monteiro (2013), O input visual e vestibular, além dos mecanorreceptores das articulações e tecidos moles são informações essenciais na regulação da postura ortostática ou estática.

De acordo com o mesmo autor, estas fontes de inputs detectam e respondem a tipos específicos de estímulos e a perturbações posturais e cada região tem vias específicas pelas quais comunicam com outros reflexos posturais, assim como estruturas superiores do Sistema Nervoso. Estas estruturas são os neurónios motores, o tronco cerebral e o córtex. É importante que haja integração em conjunto dos inputs sensoriais, para que o cérebro tenha conhecimento do estado contínuo da forma corporal e da postura. A consciência corporal e o esquema corporal são construções mentais que compreendem os sentidos e as percepções sobre a organização dinâmica do corpo. A estabilidade do esqueleto axial e lateral e as deslocções rotatórias vertebrais são reguladas por mecanismo postural reflexo, que é modulado por aferências proprioceptivas, visuais e vestibulares. Perturbações, em qualquer um destes componentes, podem levar a desequilíbrios posturais.

Segundo Lee et Al. (2011) citado no estudo de Magnus et Al. (2017), a manutenção de posturas estáticas de forma inadequada por longos períodos de tempo desenvolve desequilíbrios musculares e alterações posturais adaptativas. Os mesmos autores apontam que um dessas situações é a Síndrome Cruzada Superior (SCS), que se caracteriza por um comprometimento musculoesquelético causado por desequilíbrios entre os músculos tônicos, mais susceptíveis à tensão, e músculos fásicos, que apresentam tendência maior à fraqueza.

Esta síndrome envolve a redução da lordose cervical inferior e da cifose da vértebra torácica superior. A SCS se caracteriza pela facilitação dos músculos trapézio superior, elevador da escápula e peitorais com consequente inibição dos músculos flexores cervicais profundos, trapézio inferior e serrátil anterior. Esse desequilíbrio entre a musculatura flexora e extensora da região de ombros desencadeia o padrão postural típico da SCS representado por anteriorização da cabeça, retificação da lordose cervical, aumento da cifose dorsal, ombros protraídos e escápulas abduzidas. (MORAES e COMERLATO, 2018; MAGNUS et al. 2017)

Como discorre Souza (2019), se tratando de membro superior, ele representa grande importância nas atividades de vida diária e trabalho. O aumento progressivo no número de usuários de smartphones, consequentemente, acarretam disfunções musculoesqueléticas nesse

segmento. Dentre as alterações musculares observadas, o autor destaca maior ativação de trapézio superior, abductor do polegar e extensor longo do polegar durante o uso de aparelho com apenas uma das mãos. Há também, evidências de maior espessura do tendão do músculo flexor longo do polegar e trajeto do nervo mediano em usuários de smartphone por maior tempo, fatores que podem estar associados ao aumento de escores de dor, diminuição de força de pinça e diminuição da função manual.

Mattar Junior (2006) define a tenosinovite estenosante, como uma condição caracterizada por dor no trajeto dos tendões flexores, na região do túnel osteofibroso, com dificuldade ou travamento do movimento dos dedos ou polegar, que podem permanecer em posição de flexão. Esta condição é causada por um estreitamento relativo do sistema de polias e túneis por onde passam os tendões flexores na região distal da palma da mão e região palmar dos dedos. Pessoas que trabalham em atividades manuais de esforço ou em atividades que exijam atividade manual de preensão repetitiva são mais susceptíveis a desenvolverem essa afecção.

Problemas musculoesqueléticos do membro superior e especialmente do polegar têm sido relatados em usuários de telefones móveis, devido à utilização excessiva de mensagens de texto. Durante a digitação das mensagens de texto no teclado do smartphone, o polegar realiza movimentos em extensão, flexão, abdução/adução e oposição, movimentos que ocorrem em três dimensões. Sharan et al. (2014) Apud. Nagaroto (2019), inferem que estes movimentos frequentes resultam num trabalho do polegar próximo da extrema amplitude de movimento, provavelmente, fator principal que desencadeia o desenvolvimento de tendinose de extensor longo do polegar.

Vieira et Al. (2007) descreve a tendinose como a degeneração do colágeno e ausência de inflamação, com rupturas na arquitetura normal das fibras colágenas, crescimento de fibroblastos e tecido de granulação. Estas microrupturas são acompanhadas de cicatrização parcial e de hiperplasia angiofibroblástica, É uma condição patológica que apresenta uma degeneração do tendão sem qualquer sinal clínico ou histológico de uma resposta inflamatória.

Para prevenir lesões, é importante manter uma boa postura, o que pode prevenir movimentos compensatórios, distribuir cargas adequadamente e conservar energia. (Sá et Al., 2018). Na atualidade, com a ascensão do uso de smartphones, são necessárias abordagens terapêuticas que melhorem o modo como estes dispositivos são utilizados, desenvolvendo um programa preventivo para alívio dos sintomas causados e das lesões musculoesqueléticas.

Lee e Seo (2014) Apud. Costa (2020) refletem que, os sintomas musculoesqueléticos resultantes do uso excessivo de smartphones devem ser resolvidos por intermédio da fisioterapia e educação acerca da noção de postura correta. Costa (2020) afirma que a fisioterapia apresenta papel fundamental na prevenção e tratamento dos sintomas associados a posturas incorretas e disfunções das estruturas musculoesqueléticas, bem como nas consequências respiratórias observadas em usuários de smartphones, englobando exercícios de fortalecimento, alongamento, pilates, correção postural, kinesiologia e terapia manual

Nogueira et Al. (2015) infere que a fisioterapia ortopédica é uma ferramenta importante na prevenção, detecção e tratamento das disfunções geradas pelo uso excessivo de Smartphone. De acordo com técnicas ergonômicas com o posicionamento correto deve-se manter a coluna ereta, cotovelos apoiados e visualizar o dispositivo na altura dos olhos (Nogueira et Al., 2015).

Baroni et Al. (2010) relata em seu estudo que as alterações nas curvaturas fisiológicas da coluna vertebral e as consequências destas alterações, como as algias crônicas, tornam a prevenção e a orientação da adequada utilização deste segmento corporal um processo de fundamental importância na intervenção fisioterapêutica.

O tratamento da SDM através da fisioterapia depende do máximo ganho da amplitude de movimento, anulando as contraturas dos sarcômeros envolvidos. Alongamento da região cervical e da musculatura da cintura escapular melhoram a postura e a dor. A cinesioterapia objetiva otimizar a atividade mecânica gerada pelos músculos e proporcionar analgesia, recuperação da expansibilidade tecidual, força, resistência à fadiga e restabelecimento dos padrões gestuais fisiológicos, através da inibição dos fatores irritantes e limitadores. Em fases avançadas, há necessidade de condicionamento cardiorrespiratório, Atividades físicas regulares contribuem não apenas para a melhora física, mas proporcionam benefícios psicológicos, melhoram e causam bem-estar, além de eliminar a fobia aos exercícios. (BATISTA, BORGES e WIBELINGER, 2012)

Mattar Junior (2006) apresenta em seu estudo que o tratamento indicado das tenossinovites deve variar de acordo com a intensidade, gravidade e duração das alterações anatômicas e dos sintomas, sendo que, em casos leves, com sintomas intermitentes (pré-gatilho), podem ser utilizadas órteses extensoras para promover o alívio temporário e até definitivo dos sintomas. Exercícios leves e suaves devem ser realizados para manter a mobilidade, promover a drenagem linfática e combater o edema. Termoterapia com bolsas

térmicas ou calor local com água morna, pode aliviar os sintomas de travamento e dor. Já a massagem, pode aliviar a dor e reduzir o edema.

Bezerra, Souza e Olher (2019) discorrem sobre as orientações posturais, considerando estas como método que traz efeitos positivos a curto e médio prazo, utilizando o estudo das estruturas, curvaturas e funções da coluna vertebral, bem como as AVDs. Estes programas de conscientização podem ser uma importante ferramenta para prevenção contra problemas posturais. Silva e Resende (2016) corroboram informando que a atuação da Fisioterapia tem extrema importância, atuando desde simples orientações simples para a rotina do paciente, até exercícios que visam principalmente a prevenção de deformidades posturais, ou auxiliando impedindo a atenuação das deformidades já instaladas, inferindo alongamentos diários e hábitos de vida mais saudáveis na vida do paciente.

A fisioterapia adentra estes aspectos como método muito viável e eficaz para prevenção e tratamento das disfunções decorrentes dos hábitos posturais incorretos. As técnicas utilizadas por esta terapêutica são efetivas em bons resultados para as disfunções apresentadas no presente estudo, amenizando os quadros álgicos, devolvendo ao paciente a execução de suas atividades de vida diária, e um retorno funcional eficaz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, descreveu-se as consequências osteomioarticulares que o uso abusivo do smartphone pode ocasionar ao usuário, apresentando a eficácia que é possível alcançar no tratamento das disfunções decorrentes deste uso excessivo através dos recursos fisioterapêuticos e das orientações posturais relacionadas ao uso do aparelho celular. Contudo, é ratificar a necessidade de mais estudos observacionais e de campo que contribuam com as informações denotadas neste estudo bibliográfico.

5. REFERÊNCIAS

BARONI, B. M.; BRUSCATTO, C. A.; RECH, R. R.; TRENTIN, L.; BRUM, L. R. **Prevalência de alterações posturais em praticantes de musculação.** Fisioterapia e Movimento. v. 23, n.1, Curitiba, 2010. p. 129-139.

BATISTA, Juliana Secchi; BORGES, Aline Morás; WIBELINGER, Lia Mara. **Tratamento fisioterapêutico na síndrome da dor miofascial e fibromialgia.** Revista Dor. Vol. 13. N 2. São Paulo, 2012. p. 170-4.

BEZERRA, Darlane da Silva; SOUSA, Gislene Silva; OLHER, Rafael dos Reis Vieira. **Problemas posturais em crianças e adolescentes em idade escolar: um problema multifatorial.** Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. Brasília, 2019.

BUENO, G. R.; LUCENA, T. F. R. **Geração Cabeça-Baixa: saúde e comportamento dos jovens no uso das tecnologias móveis.** IX Simpósio Nacional da ABCiber – Assoc Bras Pesq Cibercult – PUC-SP. 2016.

COSTA, Catarina. **Efetividade da fisioterapia no tratamento dos sintomas associados ao uso de smartphones: Uma Revisão Bibliográfica.** Escola Superior de Saúde – UFP. Porto, 2020.

GONÇALVES, R. **O uso abusivo de telefones celulares pode causar lesões nas mãos.** Revista ELITE. 2015.

GUTERRES, J. L. et al. **Principais Queixas Relacionadas ao Uso Excessivo de Dispositivos Móveis,** Pleiade, 11(21). 39-45, 2017.

IBGE. **Uso de Internet, televisão e celular no Brasil.** Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2019.

KUK, Kethlin Cristina Machado de Maria; TRAUCHINSKI, Rafaelly Machado; VEIGA, Cristiane Bulyk. **O Uso Excessivo do Smartphone Associado como Fator de Risco a Alterações Posturais em Jovens.** Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. 4ª Ed. Ponta Grossa, 2019.

LIMA, Simone Gabriely da Silva; SANTOS, Marias das Graças dos; PINHEIRO, Marcus Túlio de Freitas. **A evolução tecnológica e os impactos no processo educacional.** XV Congresso Brasileiro de Ensino Superior à Distância. IV Congresso Internacional de Educação Superior à Distância. Rio Grande do Norte, 2018.

MAGNUS, R. S.; NICHELE, M.; SCANDOLARA, B. M.; MARCELINO, D.; CAETANO, B.; LONGEN, W. C. **Caracterização da síndrome cruzada superior (SCS): Relações com dor e hábitos posturais.** Laboratório de Biomecânica, Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2017.

MARQUES, Elaine. **Anatomia e Fisiologia Humana.** Volume 2. São Paulo: editora Martinari, v. 2, p. 111, 2015.

MATTAR JUNIOR, Rames. **Tenosinovite estenosante dos flexores – ou dedo em gatilho.** Einstein. Vol. 6. n 1. 2008. p. 143-145.

MORAES, Daniele Barboza de; COMERLATO, Tatiana. **Postura anterior da cabeça: Revisão sobre implicações clínicas, aspectos biomecânicos, avaliação e reabilitação.** URICER. 2018.

NAGAROTO, Henrique. **“Tempos ultramodernos”: consequência do uso do smartphone para trabalhadores.** UNICESUMAR. Maringá, 2019.

NOGUEIRA, Andressa de Fátima Moura; et Al. **Alterações Funcionais Decorrentes Pelo Uso Excessivo Do Smartphone.** Anais do 6º Fórum Científico da FUNEC: Educação, Ciência e Tecnologia: “Biodiversidade, Qualidade de Vida e Cidadania”. v. 6, n. 6. Santa Fé do Sul, 2016.

PANATO, Karen Biatchi. **Avaliação de Pontos de Tensão Muscular em Usuários de Smartphone.** Araranguá, 2017.

SÁ, Jéssica Gabriele Oliveira; BRANCO, Jerônimo Costa; MARTINS, Juliana Saibt; NEDEL, Sheila Spohr. **Prevalência de dores musculoesqueléticas em membros superiores e pescoço de acadêmicos que utilizam smartphone.** In. Fisioterapia: Revista Científica de Profissionais de Fisioterapia. Fisioterapia Ser. vol. 13. nº 2. 2018.

SILVA, Consuelo Souza; REZENDE, Fabrícia Rezende de. **Tratamento fisioterápico nas alterações posturais.** Universidade Católica Bom Dosco. Mato Grosso do Sul, 2016.

SILVA, Matheus Correia da; DEUS, Adriane de. **Comportamento sedentário e sedentarismo: percepção de alunos concluintes do curso de educação física de uma faculdade particular da**

cidade de Maceió-AL.In: VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente; XIV Congresso Nacional de Educação. Maceió, 2017. p.1-13.

SOUZA, Adriellen Fernandes de; MIRANDA, Ana Clara de Oliveira. **Os problemas causados pelo uso excessivo de smartphones. Petroquímica, Instituto Federal Baiano.** Caucaia, 2018.

SOUZA, Vitor Kinoshita; et Al. **Sintomas musculoesqueléticos, em membros superiores, relacionados ao uso de smartphones. Um estudo piloto.** Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Programa de Pós Graduação em Ciências da Reabilitação. Araranguá, 2019.

TORRES, Álef Renan Ribeiro. **Nível de atividade física e comportamento sedentário em acadêmicos do curso de educação física do município de porto velho.** 2015.

VIEIRA, F. F.; FERREIRA², L. A. B.; PEREIRA, W. M.; ROSSI, L. P. **Aspectos histopatológicos nas tendinopatias.** XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2007.

EFEITOS DOS RECURSOS FISIOTERAPÊUTICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA CERVICALGIA EM USUÁRIOS DE SMARTPHONE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Juciclécia Andrade Oliveira

Faculdade Santo Antônio (FSAA), juciclecia@gmail.com

Luane Marcos Lírio

Faculdade Santo Antônio (FSAA), luanelirio@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Um estudo recente apontou que os brasileiros gastam 4 horas e 45 minutos por dia na internet em seus dispositivos móveis. Isso representa mais de 50% de todo o tempo gasto on-line diariamente. Conforme estudo da eMarketer, aponta que 24% dos usuários afirmam checar seus celulares praticamente o tempo todo e 42% várias vezes por hora. Usuários mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos, são os mais ligados aos seus dispositivos, com 62% pegando seus telefones no início da manhã e 77% checando-os antes de dormir (PAGBRASIL, 2019).

Após a fusão dos dispositivos móveis a internet, diversas características multifuncionais foram adicionadas, tornando-os mais atrativos, o que leva ao aprisionamento dos usuários devido à variedade de recursos e aplicativos, como jogos, agenda eletrônica, arquivos digitais de texto, gravações de anotações, sons e imagens, captura e envio de fotografias e vídeos, recebimento de conteúdos televisivos, orientações de deslocamento territorial (como Google Maps) e acesso a redes sociais (NUNES, 2020).

Além dos benefícios, encontram-se também os malefícios que esse dispositivo móvel pode trazer, gerando alguns problemas para o usuário (MEDEIROS, 2019). A combinação desses movimentos repetitivos, má postura e excesso de uso dos smartphones para enviar mensagens de texto ou jogar jogos, acessar as redes sociais sem pausas de descanso, pode causar lesões nos nervos, músculos, tendões, nas falanges, mãos, punhos, braços, cotovelos, ombros e pescoço, que se ignorada, pode levar a danos a longo prazo de forma progressiva e em algumas situações mais graves que levam a irreversibilidade do problema (BUENO & LUCENA, 2016) Xhardez (1990) e Hansraj et al. (2014), definem que a utilização excessiva de smartphones, aliados a má postura, pode provocar também diversas alterações na coluna vertebral. A hiperlordose cervical é caracterizada pela proeminência da cabeça associada à hipercifose torácica, caracterizando uma protrusão da cabeça à frente e conforme o grau que essa protrusão aumenta ao utilizar essas tecnologias, maior é o esforço da coluna cervical para sustentar a cabeça em anteriorização (apud, SANTOS; SOARES, 2015). A

postura da cabeça pode ser mensurada pelo ângulo craniovertebral (CV) formado por dois pontos anatômicos, pelo trágus e pela sétima vértebra cervical, e a linha horizontal. Os valores desse ângulo indicam a posição da cabeça em relação ao tronco e, quando decrescentes, são indicativos de uma postura anteriorizada da cabeça. Logo, a perda da curvatura natural gera tensão em toda a estrutura, e a carga sobre a coluna cervical vai aumentando à medida que a cabeça é flexionada para frente causando danos consideráveis aos tecidos que suportam a cabeça e o pescoço, incluindo os músculos, ligamentos e articulações (BAUER & SILVA, 2017).

Fundamentalmente, há evidências de aumento acentuado na incidência da cervicalgia em jovens pelo uso de smartphones (FILHO et al, 2019). A cervicalgia crônica é uma síndrome caracterizada por dor e limitação na amplitude de movimento da região cervical, que causa desde pequenos desconfortos até dores intensas ou, até mesmo, incapacitantes. Portanto, estudos apontam que a fisioterapia pode desempenhar um papel importante no tratamento do paciente com dor crônica cervical, pois busca diminuir a dor, recuperar a mobilidade e fortalecer a musculatura, proporcionando, dessa forma, melhora na qualidade de vida (BORGES et al, 2013).

Diante da importância do tema, o presente trabalho tem como objetivo apresentar estudos, encontrados na literatura, que mostram os efeitos dos recursos fisioterapêuticos utilizados no tratamento da cervicalgia em usuários de smartphone.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, desenvolvido com a finalidade de reunir e sintetizar achados de estudos sobre os efeitos da fisioterapia no tratamento da cervicalgia em usuários de smartphone. O presente estudo teve como pergunta norteadora: Quais os efeitos dos recursos fisioterapêuticos utilizados no tratamento da cervicalgia em usuários de smartphone?

A pesquisa de revisão integrativa envolve uma síntese de estudos científicos já produzidos em determinada área do conhecimento sobre o tema investigado, propiciando uma explicação detalhada dos elementos estudados (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para a construção da revisão integrativa é necessário seguir seis etapas distintas: estabelecimento da questão norteadora; busca da literatura; definição das características do estudo; análise crítica

dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; apresentação da revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Após delimitar a pergunta norteadora, foram consultadas quatro bases de dados para levantamento dos estudos: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Scholar (Google Acadêmico), National Library of Medicine (PUBMED) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Adotaram-se os seguintes descritores e suas combinações nas línguas portuguesa e inglesa: cervicalgia, smartphone, celular, cervical e fisioterapia. Para a busca dos artigos pelos descritores foram usados os operadores booleanos: cervicalgia AND celular (Scielo), cervicalgia AND smartphone (PUBMED), cervical AND smartphone (BDTD) e cervicalgia AND smartphone AND fisioterapia (Google Acadêmico).

A busca dos estudos ocorreu no período de junho à julho de 2021. Os critérios de inclusão foram: estudos publicados nas bases de dados anteriormente referidas, com ano de publicação entre 2010-2020, apresentados em texto integral e gratuito, sem limite linguístico e cujo título ou resumo fizessem referência a usuários de smartphone acometidos pela cervicalgia e os efeitos do tratamento fisioterapêutico. O critério de exclusão foram artigos que tratassem de cervicalgia relacionada a outras etiologias que não fossem a utilização excessiva de smartphone, de intervenções fora do âmbito da fisioterapia, e artigos com mais de 10 anos de publicação.

Nesta busca, foram inicialmente identificados 97 artigos, sendo 10 artigos na base de dados PUBMED, 2 artigos na Scielo, 78 artigos no Google Acadêmico e 7 artigos no BDTD. Foi realizado a leitura dos títulos, onde foram selecionados 20 artigos inicialmente. Em seguida foram lidos os resumos e, então, foram selecionados 9 artigos para serem lidos integralmente. Depois da leitura analítica destes artigos, 3 foram selecionados como objeto de estudo por apresentarem aspectos que respondiam à questão norteadora desta revisão. Este processo está melhor representado na Figura 1.

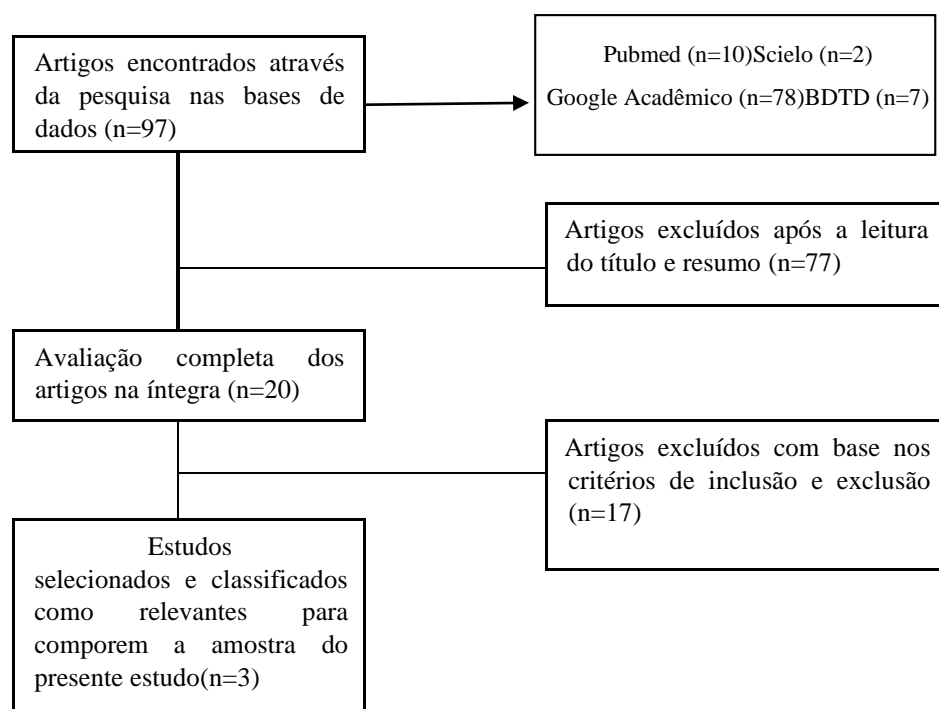


Figura 1 – Fluxograma de seleção dos artigos

3. RESULTADOS

Na Tabela 1 são apresentados os artigos selecionados para essa revisão, com autores e ano de publicação, tipo de estudo, título do estudo, objetivo e conclusão.

Na sequência da análise efetuada aos artigos selecionados, e das evidências científicas encontradas, considerou-se relevante à apresentação de cinco temáticas: análise da crescente utilização do smartphone, relação do uso em excesso do smartphone com a cervicalgia, disfunções que acometem a cervical pelo excesso de uso do smartphone, recursos fisioterapêuticos utilizados para tratar a cervicalgia em usuários de smartphone, efeitos dos tratamentos fisioterapêuticos utilizados.

Diante do exposto nos artigos lidos, observou-se que autores citam o smartphone com um dispositivo essencial para a vida diária da população, e citam os diversos recursos que o smartphone possui que faz com que a população gaste muito tempo em frente a sua tela, como: comunicação por voz, redes sociais, mensagens de texto, acesso a músicas, vídeos e serviços de redes sociais, bem como para fazer e receber chamadas (Areudomwong et al, 2017; Kong et al, 2017). Krevei et al (2020) corrobora afirmando que o mundo vem se tornando cada vez mais informatizado, logo são inúmeras as tecnologias incorporadas ao cotidiano de milhões de pessoas trazendo possibilidades que facilitam nossa vida, tornando-a

mais prática e cômoda.

O tempo prolongado ao uso dos smartphones foi um ponto em comum entre os autoresreferenciados, onde relacionam essa média alta de tempo utilizado com o smartphone à manutenção de uma postura inadequada que acarreta assim, problemas ortopédicos como dores no pescoço (AREEUDOMWONG et al, 2017), desequilíbrio biomecânico (KREVEI et al, 2020) e postura anteriorizada da cabeça (KONG et al, 2017).

Os artigos apresentam as disfunções causadas pela associação do uso excessivo do smartphone com a cervicalgia. Krevei et al (2020) e Kong et al (2017) trazem a sobrecarga sobre as articulações devido a manutenção de uma postura inadequada, que acaba trazendo consequências sobre as facetas articulares, discos intervertebrais, ligamentos, tendões e ventres dos músculos da coluna vertebral, podendo causar assim, a perda da curva em forma de C na coluna cervical, que pode começar a se curvar para frente. Já Areeudomwong et al (2017) relatam que ao enviar mensagens de texto em dispositivos smartphones, onde o olhar para o dispositivo pode ocasionar uma postura de flexão frontal da cabeça produzindo uma força de flexão externa excessiva, resultando em uma carga maior nos extensores do pescoço e tecidos conjuntivos adjacentes do pescoço .

Como tratamento, foi observado diferentes tipos de recursos fisioterapêuticos utilizados para o tratamento da cervicalgia em usuários de smartphone. Areeudomwong et al (2017) fizeram um estudo onde utilizou-se bandagem com o objetivo de estabilizar as regiões de pescoço para que aliviasse a sobrecarga dos tecidos moles adjacentes. Krevei et al (2020) realizaram um experimento para comparar a eficácia do RPG e Fortalecimento do Core, sendo que o RPG tinha como objetivo a educação e reeducação de um desvio postural, e o Core era estabilizar a cervical para controle motor com a finalidade de evitar lesões. Já Kong et al (2017) utilizaram exercício cervical modificado com combinação de exercícios de Mckenzie e Kendall que tinha como objetivo melhorar a amplitude de movimento da cervical.

Todos os recursos mencionados tiveram eficácia comprovada, onde a bandagem diminuiu o desconforto no pescoço daqueles que a utilizaram, o RPG e fortalecimento do Core promoveram uma reeducação postural sendo que o RPG foi superior ao Core na melhoria da posição de flexão e extensão da cervical e anteriorização da cabeça, e o exercício cervical modificado estimulou uma melhora na postura anterior da cabeça.

4. DISCUSSÃO

A crescente utilização do telefone celular pela população para diversas finalidades poder ser um fator de risco para o desenvolvimento de doenças, e os resultados deste estudo indicam que o tempo de utilização para digitar, utilizar internet, realizar chamadas e a postura sem apoio podem influenciar o desenvolvimento de dor musculoesqueléticas (CETIN et al, 2019). Como foi apontado por Correia et al (2021) que comprovaram através de um estudo transversal que ao avaliar o pescoço do texto, somente medindo o ângulo de flexão cervical dos participantes em pé e sentados no momento que digitavam um texto em seus smartphones, não há prevalência de cervicalgia, logo para que ocorra essa associação é necessário levar em consideração o tempo prolongado na utilização do smartphone.

Areudomwong et al (2017) trazem que a postura de flexão frontal da cabeça, enquanto usuários digitam mensagens de texto em um smartphone, produz força de flexão externa excessiva, resultando em uma carga maior nos extensores do pescoço e tecidos conjuntivos adjacentes do pescoço. Esses músculos representam os principais músculos para contrabalançar as forças externas e estabilizar as regiões do pescoço e ombros. A contração prolongada desses músculos do pescoço em tal postura foi proposta como uma causa do aumento da fadiga dos músculos do pescoço, podendo eventualmente aumentar a dor na região cervical.

Krevel et al (2020) e Kong et al (2017) apresentam a anteriorização da cabeça como uma disfunção ocasionada pelo excesso da utilização do smartphone. A anteriorização é definida como a protrusão da cabeça no plano sagital, podendo estar associada a uma hiperextensão da coluna cervical superior, resultando em alterações funcionais e dor (KREVEL et al, 2020). Eventualmente, o uso excessivo de um smartphone pode causar a manutenção de

uma postura de cabeça desleixada por um longo tempo e, portanto, impor estresse na musculatura, bem como alterações esqueléticas que podem causar a perda da curva em forma de C na coluna cervical (KONG et al, 2017).

Os estudos realizados pelos autores, tiveram uma média de aproximadamente 24 participantes, sendo constituídos por jovens de ambos os sexos, e o critério de participação foi o tempo prolongado na utilização do smartphone. Diante disso e tendo ciência dos sintomas musculoesqueléticos resultantes do uso excessivo de smartphones, e que estes devem ser resolvidos através da intervenção da fisioterapia e educação acerca da noção de postura correta (COSTA, 2020), os estudos propuseram avaliar a eficácia dos recursos fisioterapêuticos, como:

a Bandagem através do músculo trapézio superior para estabilidade do pescoço, o Exercício Cervical Modificado que consistiu em exercícios de extensão do pescoço e alongamentos, o RPG com duas posições do protocolo com foco nos músculos posteriores, e o Fortalecimento do Core que utilizou exercícios isotônicos na região da coluna.

Diante do exposto torna-se interessante relatar que a postura ideal é considerada a capacidade de manter e movimentar cada uma das partes do corpo coordenadamente e confortavelmente, sem haver perda da mobilidade, sem sobrecarregar as estruturas anatômicas e sem gerar tensões prejudiciais nas várias situações do dia-a-dia, portanto, alterações e/ou estresses no alinhamento corporal poderão sobrecarregar estruturas. É o que acontece, por exemplo, quando a cabeça, em virtude do tempo de permanência e usabilidade dos smartphones, sofre repetidas anteriorizações posturais que findam em ocorrências de dor na região cervical (MAGALHÃES, 2019).

Os autores foram unânimes sobre a eficácia dos recursos fisioterapêuticos aplicados, onde foram comprovados a redução do desconforto no pescoço, a reeducação postural ajudando na prevenção de lesões, e melhora na anteriorização da cabeça. Além do tratamento, Kreveit *et al.* (2020) expõem a preocupação na prevenção, onde recomenda, ao utilizar o smartphone, manter uma postura correta, buscar formas que não alterem ou sobrecarreguem as estruturas corporais e que proponham corrigir a posição da cabeça e do pescoço, mantendo a postura o mais próximo possível do correto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos estudos, pode-se observar como consenso na literatura que o uso em excesso do smartphone combinado a má postura pode trazer agravos à saúde que estão associados a queixas musculoesqueléticas nas regiões de ombro, punhos e mãos, e principalmente na cervical, que produz quadros dolorosos, inflamatórios, com perda de amplitude de movimento, fadiga de flexores e extensores de cervical, rigidez local e redução da propriocepção, acarretando assim em redução de qualidade de vida.

Logo, se faz necessário medidas de conscientização dos usuários para adotarem posturas mais adequadas para ajudar no alívio da sobrecarga e desconfortos musculares, além do tratamento fisioterapêutico que mostram-se eficaz na diminuição do quadro algico, recuperação da mobilidade e fortalecimento da musculatura, proporcionando dessa forma melhora na qualidade de vida.

6. REFERÊNCIAS

- AREUDOMWONG et al. **Effects of Shoulder Taping on Discomfort and Electromyographic Responses of the Neck While Texting on a Touchscreen Smartphone.** *Saf Health Work* 2018; 9:319 e 325
- BAUER MFS; SILVA DM. **Análise fotogramétrica da postura cervical durante o uso do *smartphone* em diferentes posições.** 2017
- BORGES et al. **Avaliação da qualidade de vida e do tratamento fisioterapêutico em pacientes com cervicgia crônica.** *Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 26, n. 4, p. página 873-881, set./dez. 2013
- BUENO, GR; LUCENA, FR. **geração cabeça-baixa: saúde e comportamento dos jovens nouse das tecnologias móveis.** IX Simpósio Nacional ABCiber. PUC- São Paulo. 2016
- CEDIN et al. **O tempo e maneira de utilização do celular podem predispor à lesões musculoesqueléticas: estudo caso-controle.** *Revista Brasileira de Ciências e Saúde.* Volume 23 Número 3 Páginas 393-400 2019
- Correia IMT, Ferreira AS, Fernandez J, Reis FJJ, Nogueira LAC, Meziat-Filho N. **Association Between Text Neck and Neck Pain in Adults.** *Spine (Phila Pa 1976).* 2021 May 1;46(9):571-578.
- COSTA, Catarina; VENTURA, Nuno. **Efetividade da fisioterapia no tratamento dos sintomas associados ao uso de *smartphones*: Uma Revisão Bibliográfica.** Universidade Fernando Pessoa. FCSS/ESS. Porto. 2020
- KREVEI, S B; SOUZA, M C. **RPG versus fortalecimento do core em jovens com alteração postural de cabeça e pescoço devido ao uso incorreto de celulares – estudo clínico controlado e randomizado.** Centro Universitário UniGuairacá. 2020
- Kong YS, Kim YM, Shim JM. **The effect of modified cervical exercise on smartphone users with forward head posture.** *J Phys Ther Sci.* 2017 Feb;29(2):328-331.
- MAGALHÃES, M K S. **Dependência do smartphone, dor e alterações posturais na região cervical em adultos.** Dissertação. Programa de Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade de Fortaleza. 2019
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7ª ed. Atlas: São Paulo, 2010
- MEDEIROS, N. K. F. D. **Relação entre as disfunções musculares e posturais na região cervical com o uso do smartphone em adultos.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade de Fortaleza. Fortaleza. 2019
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** *Texto & Contexto de Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.
- NUNES, P P de B. **Estudo das alterações posturais e algicas na região cervical associada ao uso de smartphone em adolescentes.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade de Fortaleza. Fortaleza. 2020
- PagBrasil. **Mobile no Brasil: estatística de uso e perfil do usuário.** Disponível em <<https://www.pagbrasil.com/pt-br/noticias/mobile-no-brasil/>> Acessado em 28 de maio de 2021

SANTOS, FC; SOARES MS. **Impacto do uso de smartphones e computadores na postura da coluna cervical e na saúde: uma revisão bibliográfica.** Curso de fisioterapia da faculdade de ciências da saúde, da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC. Barbacena – MG 2015

Filho D F S; Reis F A B S; Rocha J S B. **Cervicalgia por uso de aparelho celular em jovens.** Anais do II congresso norte-mineiro multidisciplinar das patologias da coluna vertebral (II medular) e I congresso norte-mineiro de dor. Pág. 45-46. Montes Claros. 2019

Tabela 1. Distribuição das referências incluídas na revisão integrativa.

Autor(es) / Ano de Publicação	Título do estudo	Tipo de estudo	Objetivo	Conclusão
Areedomwon get al / 2017	Effects of Shoulder Taping on Discomfort and Electromyographic Responses of the Neck While Texting on a Touchscreen Smartphone	Estudo decaso	Examinar os efeitos da bandagem no ombro no desconforto do pescoço usando uma escala de avaliação numérica e na atividade muscular do pescoço e fadiga usando uma eletromiografia de superfície durante uma tarefa de texto em um smartphone com tela sensível ao toque.	A bandagem no ombro reduz o desconforto no pescoço, mas não afeta a atividade muscular do pescoço e a fadiga ao enviar mensagens de texto em um smartphone com tela sensível ao toque.
Krevei & Souza / 2020	RPG versus fortalecimento do core em jovens com alteração postural de cabeça e pescoço devido ao uso incorreto de celulares – estudo clínico controlado e randomizado	Estudo decaso	Comparar a eficácia dos métodos RPG e Core nas alterações posturais de cabeça e pescoço em indivíduos cujas alterações são resultantes do uso incorreto de aparelhos celulares.	Após a interpretação dos dados, ambos os métodos foram eficazes para a reeducação da postura, no entanto, o RPG demonstrou melhores resultados em comparação ao Core.
Kong et al / 2017	The effect of modified cervical exercise on smartphone users with forward head posture. Journal of Physical Therapy Science	Estudo decaso	Avaliar o efeito do exercício cervical modificado e determinar se tal exercício melhora a amplitude de movimento do movimento cervical em usuários de smartphones com postura frontal da cabeça.	De acordo com os resultados deste estudo, os exercícios trouxeram uma melhora na postura anterior da cabeça induzida pelo uso de um smartphone.

**WORKSHOP LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÕES
DIGITAIS E CONTEMPORANEIDADE - II WLA2021**

**ÁREA TEMÁTICA - DIREITO: DA TEORIA À PRÁTICA - TENDÊNCIAS
E ATUALIZAÇÕES**

LA PRESERVACIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS EN EUROPA: UNA IMAGEN DE LA INTOLERANCIA

Yarley Emanuel da Silva

Tecnólogo en Servicios Judiciales, UNIFACS, yarleyemmanuel@gmail.com

Resumen: El discurso de odio sigue siendo recurrente en territorio europeo, ya sea por intolerancia religiosa entre otros. En este sentido, la metodología adoptada para la elaboración de este material es una investigación bibliográfica, de carácter exploratorio, que teje relaciones, en particular, con directrices, tratados y similares europeos que posibiliten la discusión sobre la práctica del discurso del odio en el Territorio Europeo. Este artículo tiene como objetivo analizar el impacto negativo del discurso de odio y los mecanismos que ha adoptado la Unión Europea para mitigar y subvertir este problema. Los resultados encontrados fueron satisfactorios, ya que pusieron de relieve los efectos destructivos del discurso de odio en la sociedad. En este sentido, se constató que la Unión Europea buscó fortalecer las medidas para contener esta práctica, por lo que es.

Palabras clave: El discurso del odio; Unión Europea; Sociedad.

1. INTRODUCCIÓN

La contemporaneidad está marcada, a su vez, por una serie de cambios y / o adaptaciones del individuo en relación a los discursos y narrativas adoptados para asistir a los grupos minoritarios presentes en la sociedad. Por lo tanto, cuando se trata de interacciones sociales y sus proyecciones en los discursos y narrativas que se adoptan a diario para referirse a otra persona, existe un sesgo hacia el compromiso de detener el discurso de odio, una práctica corrosiva que causa un daño inconmensurable a la sociedad y sus miembros, ya que ignora todas las concepciones de valores, principios y también normas que aseguran la dignidad humana y que tienen como objetivo promover un cambio significativo en materia de diversidad e inclusión, especialmente dentro de la Unión Europea.

En este sentido, es evidente que el territorio europeo, cuando se analiza desde una visión de la construcción de la Unión Europea y sus Estados miembros, refleja una diversidad cultural que, incluso de fondo, lleva a la necesidad de adoptar medidas, ya sean el con el fin de armonizar la convivencia en la sociedad o las cuestiones normativas que involucran el Derecho Internacional Público o Privado, dado que la difusión del discurso de odio en Europa es en gran proporción, un hecho que se están implementando con urgencia medidas normativas restrictivas y endurecedoras; entonces el Consejo de Europa ocupa una posición que la cataloga como pionera en la definición de lo que El discurso del odio, además de reforzar los llamamientos para la condena del racismo, la xenofobia, entre otros.

Por tanto, este trabajo tiene como objetivo analizar el impacto negativo del discurso del odio --en diferentes agendas y ámbitos sociales--, además de tejer relaciones entre la

práctica del discurso del odio en territorio europeo y los mecanismos que la Unión Europea ha tomado para mitigar y subvertir. este problema, reforzando también las adaptaciones de los pactos, tratados, entre otros, basados en la legislación nacional de cada país, sin lesionar los Derechos Humanos, algo que es, simbólicamente, la marca de la Unión.

2 FUNDAMENTO TEÓRICO

La palabra discurso tiene una configuración multignificativa que varía según la forma en que se analiza; sin embargo, es válido asimilar el discurso, en el contexto del presente material, como una exposición sistemática sobre un tema determinado. De esta forma, surge una agrupación de ideas y / o concepciones, ordenadas a través del lenguaje, con el fin de incidir en el razonamiento con mensajes dirigidos a los sentimientos del oyente o lector.

Según Amaral (2015), vale decir que el discurso de odio se configura como un tipo de violencia verbal, es decir, tener la discriminación como parámetro básico - donde esta no aceptación del otro retrata directamente la intolerancia. Sin embargo, al exponer las consideraciones relacionadas con el tema, se nota notar algunas diferencias, las cuales se dirigen, en particular, a una mayor proyección relacionada con creencias, etnia, identidad, orientación sexual, entre otras.

Sin embargo, esta práctica es más recurrente en las redes sociales, como Instagram, Twitter y Facebook, ya que existe una transmisión de mensajería instantánea, más aún cuando dichas redes facilitan el proceso de anonimato mediante la creación de múltiples cuentas sin controles de seguridad de usuario. "[...] se potencia el ejercicio abusivo de la libertad de expresión con la generalización del acceso a internet, que permite a las personas tomar una posición activa en la relación comunicacional, dejando la posición de receptores de información y pasando a la posición de contenidos creadores ". (STROPPIA, 2015, página 2)

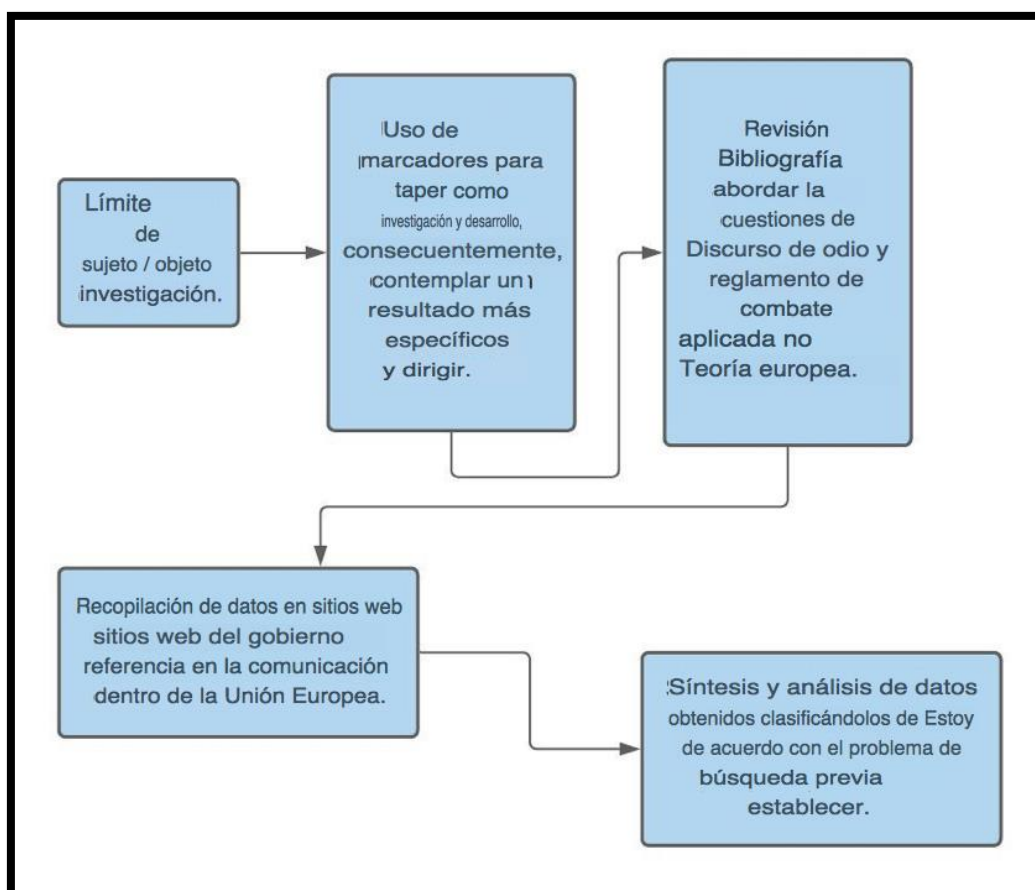
3. METODOLOGÍA

La metodología adoptada para la elaboración de este material es una investigación bibliográfica, de carácter exploratorio, con un enfoque cualitativo, que teje relaciones, en particular, con directrices, tratados y similares europeos que posibilitan la discusión sobre la práctica del discurso del odio en territorio europeo.

Así, el presente trabajo tiene como objetivo analizar el impacto negativo del discurso del odio -en diferentes agendas y ámbitos sociales-, además de tejer relaciones entre la práctica

del discurso del odio en territorio europeo y los mecanismos que la Unión Europea ha tomado para mitigar y subvertir. este problema. El diagrama de flujo 1 muestra los pasos constitutivos del trabajo.

Diagrama de flujo 1 - Pasos de construcción de este material.



Fuente: Elaboración propia.

Los marcadores utilizados fueron las palabras clave: Derecho de la Unión Europea, Discurso de Odio, Sociedad y Derechos Humanos, por lo que se utilizaron en bibliotecas virtuales como Scientific Electronic Library Online (SciELO), SciVerse Scopus y Academic Google.

El uso de sitios web de comunicación de referencia en el territorio europeo sirvió para analizar el impacto, de forma imparcial, de los mecanismos adoptados por la Unión Europea y su posible efectividad.

4 RESULTADOS Y DISCUSIONES

En un sentido más amplio, la Unión Europea, según información del Parlamento Europeo (2019) ha adoptado algunos mecanismos y / o pautas para mitigar el discurso de odio en

territorio europeo. En la tabla 1 se muestran, en resumen, las acciones impulsadas por la Unión Europea, a lo largo del tiempo, destinadas a mitigar la propagación del discurso de odio.

Tabla 1 - Algunas acciones tomadas por la Unión Europea para mitigar la práctica del discurso de odio.

Declaración Universal de los Derechos Humanos.
Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (IPDCP).
Convenio Europeo de Derechos Humanos y jurisprudencia relacionada del Tribunal Europeo de Derechos Humanos (TEDH).
Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC).
Resolución, de 17 de abril de 2018, sobre igualdad de género en el sector de los medios de comunicación en la UE, entre otras acciones.
Resolución, de 16 de enero de 2019, sobre la situación de los derechos fundamentales en la Unión Europea en 2017.
Resolución, de 14 de febrero de 2019, sobre el futuro del listado de medidas a favor de las personas LGBTI (2019-2024).
Resolución de 4 de febrero de 2014 (Hoja de ruta de la UE contra la homofobia y la discriminación por orientación sexual e identidad de género.
Directiva 2012/29 / UE (establece estándares mínimos sobre los derechos, apoyo y protección de las víctimas de delitos).
Aplicación de la Ley Internacional de Derechos Humanos sobre Orientación Sexual, Identidad de Género, Expresión de Género y Características Sexuales.

Fuente: Elaboración propia.

En el caso de los medios virtuales, la UE implementó, a través de la Comisión Europea, un código de conducta destinado a combatir el discurso de odio en línea, ya que el anonimato detrás de la cámara facilita la propagación de estos discursos, lo que también ocurre en persona en el mismo tiempo. espacio, pero con una rigidez y observancia más alineadas. Si las plataformas (ya sean redes sociales, foros, sitios generales, etc.) no se adhieren, la UE garantiza el más estricto endurecimiento para la aplicación de las nuevas reglas.

Facebook (2020) e Instagram se mencionan como actores importantes en la lucha contra esta práctica y participan en el informe anual que mostró avances en el seguimiento de

acciones ilícitas dirigidas al discurso en el entorno virtual. También se reitera que con el tiempo se fueron adoptando algunos mecanismos, como la creación de días específicos que se vinculan al movimiento de combate al discurso de odio, tales como: 8 de marzo (Día de Acción contra la Misoginia y el Sexismo), 21 de marzo (Día de Acción contra el Racismo y la Xenofobia), 8 de abril (Día de Acción contra los Anti-Romaníes y en Solidaridad con el Pueblo Romaní), 17 de mayo (Día de Acción contra la Homofobia y la Transfobia), 20 de junio (Día de Acción en Apoyo a los Refugiados y al Asilo Buscadores),

El Consejo de Europa ha elaborado un manual para combatir el discurso de odio, que inicialmente establece que:

El discurso de odio rara vez es un tema de 'blanco o negro', 'sí o no'. Las opiniones sobre cómo debería clasificarse y qué deberíamos hacer al respecto difieren ampliamente. Parte de la razón de las diferencias de opinión es que la mayoría de la gente considera que estos temas están relacionados: si algo se clasifica como discurso de odio, parece justificar alguna acción. Si no es así, asumimos que es aceptable, o al menos que debería tolerarse. Esto significa que la definición que usamos también parece indicarnos cuándo actuar. Algunas personas se muestran reacias a "actuar" contra el discurso del odio porque lo ven como un límite inaceptable a la libertad de expresión. Por esta razón, usan el término 'discurso de odio' solo para referirse a los peores casos, por ejemplo, cuando se hacen amenazas a la vida o la seguridad de alguien. [...] El enfoque adoptado en estas páginas también concuerda con la idea de que se debe hacer algo con respecto a todo lo que se ajuste a esta definición. Sin embargo, es importante recordar que hacer algo no tiene por qué significar restringir el habla o prohibirla: ¡hay muchas otras formas de responder! La información de antecedentes sobre las estrategias de campaña trata este tema con más detalle. (CONSEJO DE EUROPA, 2016, p. 148) La información de antecedentes sobre las estrategias de campaña trata este tema con más detalle. (CONSEJO DE EUROPA, 2016, p. 148) La información de antecedentes sobre las estrategias de campaña trata este tema con más detalle. (CONSEJO DE EUROPA, 2016, p. 148)

Cabe señalar que las entidades europeas comprenden y racionalizan las formas de propagación y la intensidad del discurso para los distintos colectivos, de manera que lo abordan de la siguiente manera:

Algunos grupos o individuos pueden ser más vulnerables que otros a ciertas críticas. Esto puede deberse a la forma en que la sociedad los ve en general o la forma en que los representan los medios de comunicación; incluso puede ser que las circunstancias los hagan menos capaces de defenderse. Una calumnia contra los musulmanes, por ejemplo, probablemente sea mucho más dañina en un país donde la mayoría no es musulmana; Los cristianos pueden sentirse más amenazados cuando se encuentran en minoría. Se considera que los niños necesitan más atención y protección en casi todas las sociedades. Los grupos a los que se dirige con mayor frecuencia el discurso del odio se identifican en la definición proporcionada al principio de esta sección. Aún, todo el mundo puede ser objeto de discursos de incitación al odio, incluso si no está incluido en una de las formas de intolerancia de la lista. (CONSEJO DE EUROPA, 2016, p. 152)

Así, queda claro que las acciones devueltas en Europa demuestran una urgencia por mitigar el problema, por lo que todas estas acciones también tienen como objetivo preservar todo un legado impulsado por los convenios y pactos internacionales vigentes.

Por ello, la Comisión Europea quiere sumar el discurso y la incitación al odio en Internet a la lista de delitos punibles en la Unión Europea (UE), concretamente contra los periodistas, en un momento en el que aumentan las amenazas físicas y virtuales a estos profesionales.

En este sentido, es evidente que está en la agenda el nuevo Plan de Acción para la Democracia Europea, que prevé que en su texto y previsión para 2021, una alternativa en la que la Comisión propondrá una iniciativa para ampliar la lista de delitos en el ámbito europeo. Unión, que engloba a todos los países miembros, sobre la base del artículo 83 del Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea, con el fin de agregar y ampliar la detección de los delitos motivados por prejuicios, especialmente en lo que respecta al discurso del odio, incluida su forma de difusión. ese es el discurso de odio promovido y ejercido en la modalidad virtual.

También continuará el trabajo en el marco del código de conducta para combatir el discurso de odio ilegal, ya que estos esfuerzos también contribuirán a aumentar la seguridad de los periodistas y otras personas, así como a garantizar los derechos humanos. El recuadro 2 muestra algunos factores clave de derechos humanos incorporados en esta discusión.

Tabla 2 - Factores clave de derechos humanos

<p>Los derechos humanos son estándares acordados internacionalmente, basados en un conjunto de valores universales que han sido acordados por todos los gobiernos del mundo.</p>
<p>Los derechos humanos se basan en la idea de que todos los seres humanos merecen respeto y que nadie debe sufrir de una manera que los haga sentir menos humanos o humanos. Todos los seres humanos son iguales a este respecto y su dignidad debe ser tratada como un valor fundamental.</p>
<p>Los derechos humanos no garantizan una vida de lujo, libre de todo daño o sufrimiento. Proporcionan una línea de base, un conjunto de estándares mínimos que definen lo que se necesita para que las personas vivan decentemente.</p>
<p>Los derechos humanos se han incorporado al derecho internacional, creando obligaciones para los gobiernos de todo el mundo. Los gobiernos tienen el deber de garantizar que se satisfagan las necesidades básicas de todas las personas, incluido el derecho a la dignidad personal.</p>
<p>Los derechos humanos no garantizan una vida de lujo, libre de todo daño o sufrimiento. Proporcionan una línea de base, un conjunto de estándares mínimos que definen lo que se necesita para que las personas vivan decentemente.</p>
<p>La mayoría de los derechos humanos pueden restringirse en determinadas circunstancias si es necesario para proteger los derechos de los demás o si es necesario</p>

para la sociedad en general. Algunos derechos humanos, como el derecho a la vida y el derecho a vivir libre de tratos inhumanos o degradantes, nunca pueden restringirse.

Fuente: CONSEJO DE EUROPA, 2016

El artículo 83 del Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea se refiere a "infracciones y sanciones penales en ámbitos de delitos particularmente graves con una dimensión límite" y es aquí donde Bruselas pretende incluir el discurso de odio y la incitación en Internet, uniéndose a delitos como terrorismo, narcotráfico, blanqueo de capitales, entre otros.

La institución justifica la medida con el aumento de "amenazas y agresiones físicas y 'online' a periodistas" en la UE, con frecuentes "campañas de difamación e intimidación general e injerencia por motivos políticos" (CONSEJO DE EUROPA, 2016). Los periodistas son blanco de hostigamiento, incitación al odio y campañas de difamación, a veces incluso iniciadas por actores políticos, en Europa y en el extranjero, y las mujeres periodistas son un blanco especial ", subraya la Comisión Europea, y señala que a veces esto conduce a " la autocensura y la reducción del espacio para el debate público sobre temas importantes ".

Bruselas también recuerda que "en los últimos años Europa ha sido testigo de brutales ataques a los medios libres", en alusión a los recientes asesinatos de los periodistas Daphne Caruana Galizia en Malta y de Jan Kuciak (y su prometida) en Eslovaquia.

Es por ello que, en 2021, la Comisión Europea también presentará una recomendación sobre la seguridad de los periodistas, destinada a "abordar otras cuestiones de seguridad, incluidas las destacadas en el informe sobre el estado de derecho, asegurando una mejor aplicación por parte de los Estados miembros de las normas". de la recomendación del Consejo de Europa y llamar la atención sobre las amenazas contra las mujeres periodistas ".

En 2016, reconociendo el daño que las amenazas a los periodistas causan al funcionamiento de la sociedad democrática, el Consejo de Europa adoptó una recomendación sobre la protección de estos profesionales, pero a pesar de estos esfuerzos la situación se ha deteriorado en los últimos años.

Los datos del Observatorio de Respuesta Rápida de la Libertad de Prensa (Media Freedom Rapid Response) revelan que entre enero y finales de noviembre de este año, se emitieron 209 alertas sobre 344 ataques contra personas u organizaciones de medios en 22 Estados miembros de la UE, entre los que se incluyen agresiones físicas contra profesionales del sector, violencia verbal, acoso en internet o agresiones durante manifestaciones.

5. CONCLUSIÓN

Los resultados encontrados fueron satisfactorios, ya que pusieron de relieve los efectos destructivos del discurso de odio en la sociedad. En este sentido, se encontró que la Unión Europea buscó fortalecer las medidas para contener esta práctica -- incluso en las plataformas de redes sociales, presionando a Facebook, Twitter, Instagram, etc., donde hay una ocurrencia más frecuente, por lo que está tratando asiduamente de preservar los valores y lineamientos establecidos en favor de la pacificación social, la inclusión, la dignidad, entre otros.

Además, es claro que existen algunas implementaciones legislativas que apuntan a sancionar tales prácticas, ya que, además de ser destructiva en el entorno social, corrompe todas las concepciones expuestas en las cartas de derechos fundamentales de la Unión Europea, tratados y pactos internacionales que tienen una relación con los Derechos Humanos y el Derecho Internacional de los Derechos Humanos (IDHR).

6 REFERENCIAS

AMARAL, Adriana; COIMBRA, Michele. Expresiones de odio en los sitios de redes sociales: el universo de los haters en el caso # No merezco ser violada // Expresiones de odio en los sitios de redes sociales: el universo de los haters en el caso # No merezco ser violada . Contemporáneo, v. 13, no. 2, pág. 294-310, 2015.

CONSEJO EUROPEO. Manual para combatir el discurso de odio en línea a través de la educación en derechos humanos. Lisboa, 20 de diciembre, página 153. 2016. Disponible en: <<https://rm.coe.int/16806f9aeb>>. Acceso en 03 de junio 2021.

_____.Manual para combatir el discurso de odio en línea a través de la educación en derechos humanos. Lisboa, 20 de diciembre, página 148. 2016. Disponible en: <<https://rm.coe.int/16806f9aeb>>. Acceso em 03 de junio 2021.

PARLAMENTO EUROPEO Resoluciones para combatir el discurso de odio en la UE. 2019. Disponible en: https://www.europarl.europa.eu/eu/document/resolucoes-087472_EN.html. Consultado el 3 de junio. 2021.

PARLAMENTO EUROPEO Discriminación pública y discurso de odio contra personas LGBTQIA. 2019. Disponible en: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2019-0101_EN.html. Consultado el 3 de junio. 2021.

FACEBOOK. El nuevo informe de la Unión Europea apunta a avances en la lucha contra la incitación al odio. 2020. Disponible en: <https://about.fb.com/br/news/2020/06/novo-relatorio-da-uniao-europeia-aponta-progresso-na-luta-contra-o-odio/>. Consultado el 3 de junio. 2021.

STROPPA, Tatiana; ROTEMBURGO, Walter Claudius. Libertad de expresión y discurso de odio: conflicto discursivo en las redes sociales. Curso de Revista Electrónica de Derecho de la UFSM, v. 10, no. 2, pág. 450-468, 2015.

**WORKSHOP LATINO-AMERICANO: TRANSFORMAÇÕES
DIGITAIS E CONTEMPORANEIDADE – II WLA2021**

PROGRAMAÇÃO GERAL

PALESTRAS:

El Medio digital del programa de periodismo y opinion pública de la Universidad Del Rosario
Fátima Martínez Gutiérrez, Phd. (Universidad Del Rosario)

Experiencias de formação de pensamento científico com aproximadamente 3500 crianças em 58 escolas de series iniciais em Belo Horizonte
Adla Betsaida Martins Teixeira, Phd (UFMG)

Internet do Futuro para Cidades Inteligentes
Kelly Rosa Braghetto, Phd. (IME/USP)

Transformação digital visando a implantação dos conceitos da Indústria 4.0: desenvolvimento de projetos-piloto de implementação
Guilherme Brittes Benitez, Phd (UFRGS)

18h
Dra. Fátima Martínez Gutiérrez
(Universidad Del Rosario)

Ao Vivo

19h
Dra. Adla Betsaida Martins
Teixeira - (UFMG)

Dr. Guilherme Brittes
Benitez - (UFRGS)

21h

20h
Dra. Kelly Rosa
Braghetto - (IME/USP)

27 SET
18h às 22h
Inscrições:
<https://www.even3.com.br/wla2021>

Realização:
caelis | Faculdade Santo Antônio

II Workshop Latino-Americano:
transformações digitais e contemporaneidade

Local: <https://youtu.be/gfpnDFb8Gwk>

PALESTRAS:

A COVID-19 e o paradoxo da informação e desinformação

Paula Cristina Paulo Videira da Silva, Phd (U.Porto)

Teleconsulta: estratégia de Enfermagem em Reabilitação durante pandemia

Laís Fumincelli, Phd (UFSCar)

Competencias investigativas en la formación inicial de Docentes

Flora Raquel Medina Zavala, Phd - (Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán)

Redução do nível de atividade física durante o isolamento social pela pandemia da COVID-19: Desafios para a saúde do trabalhador

Dechristian França Barbieri, Phd (UFSCar)

Incidência, diagnóstico e tratamento da síndrome da ardência bucal

Julio Cesar Bisinelli, Phd (PUCPR)

II Workshop Latino-Americano:
transformações digitais e contemporaneidade



Local: <https://youtu.be/cNWE4wjz4Wg>

PALESTRAS:

Abogados/as del siglo XXI; desafíos y oportunidades que emergen en la Cuarta Revolución Industrial

Hernán López Hernández, Me (Universidad Autónoma de Chile)

Ciência e tecnologia aplicadas a negócios competitivos e de impacto social

Alcion Alves da Silva, Phd. (UFPR)

Efectos irradiantes de la libertad de opinión frente a los proveedores de servicios de redes sociales. Estudio comparado en Alemania y Estados Unidos, con especial referencia al control de noticias falsas

Alexander Espinoza Rausseo, Phd (Universidad Autónoma de Chile)

A revolução tecnológica e o impacto no direito penal

Evandro Charles Piza Duarte, Phd (UNB)

Rafael de Deus Garcia, Me (UNB)

18h
Me. Hernán López Hernández
(Universidad Autónoma de Chile)

Ao Vivo

19h
Dr. Evandro C. Piza Duarte - (UNB)
Me. Rafael de Deus Garcia - (UNB)

21h
Dr. Acion Alves da Silva - (UFPR)

20h
Dr. Alexander Espinoza Rausseo -
(Universidad Autónoma de Chile)

28 SET
18h às 22h
Inscrições:
<https://www.event3.com.br/wla2021>

Realização:
caelis FACULDADE Santo Antônio

II Workshop Latino-Americano:
transformações digitais e contemporaneidade

Local: <https://youtu.be/54oQYBojmm8>

MESA REDONDA:

Validação de tecnologias para o cuidado de enfermagem da criança hospitalizada;
Juliana de Oliveira Freitas Miranda, Phd (UEFS)

Validação do Escore Pediátrico de Alerta (EPA) de deterioração clínica em um cenário hospitalar;
Thaiane de Lima Oliveira, Me (UEFS)

Validação do Instrumento para Transferência do Cuidado de Enfermagem (ITCEnf) do paciente pediátrico em um cenário hospitalar.
Lívia Leite da Silva Macêdo, Me (UEFS)

PALESTRAS:

Os desafios do cuidado centrado no paciente e família na prática
Maria Magda Ferreira Gomes Balieiro, Phd (UNIFESP)

Covid-19: Implicações clínicas e imunológicas
Adriana Malheiro Alle Marie, Phd (UFAM)

A Membrana Corioalatoica (CAM) - Uma alternativa para pesquisa
Luiz Fernando Pereira, Phd (PUCPR/UNESPAR)

Ao Vivo

18h
Dra. Juliana de O. F. Miranda
Me. Lívia L. da S. Macêdo
Me. Thaiane de L. Oliveira
(UEFS)

19h
Dra. Maria Magda Ferreira
Gomes Balieiro - (UNIFESP)

20h
Dra. Adriana Malheiro
Alle Marie - (UFAM)

21h
Dr. Luiz Fernando
Pereira - (UNESPAR)

29 SET
18h às 22h
Inscrições:
<https://www.even3.com.br/wla2021>

II Workshop Latino-Americano:
transformações digitais e contemporaneidade



Local: <https://youtu.be/93Vn9I3X6yM>

MINICURSO:

**II WORKSHOP LATINO-AMERICANO:
transformações digitais e contemporaneidade
27 a 29 de setembro 2021**

FACULDADE
Santo Antônio
www.fsaa.edu.br

UMA VISÃO GERAL SOBRE O FRAMEWORK SPRING BOOT

**WLA
2021
MINICURSO**

Msc. Elinavilmo de
Morgado Santos

**29 setembro
100% ONLINE
e GRATUITO
(14h, horário de Brasília)**

Inscrições:
www.even3.com.br/wla2021

▶ AO VIVO